

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

# 2011

TRANSTEJO

# ÍNDICE

I – NOTA DE ABERTURA ..... 3
II - GOVERNO DA SOCIEDADE ..... 5
1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA ..... 5
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA ..... 9
3. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS ..... 13
4. OUTRAS TRANSAÇÕES RELEVANTES ..... 13
5. MODELO DE GOVERNO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ..... 20
7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS_ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ..... 24
8. AVALIAÇÃO FUNDAMENTADA SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTOS DOS_PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (PBG'S) ..... 26
9. APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA ..... 26
10. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO ..... 27
11. MECANISMOS DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE ..... 27
12. EXPLICITAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PREVISTA NA_RCM Nº 49/2007 DE 28 DE MARÇO ..... 28
III – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS ..... 29
1. OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAU DE CUMPRIMENTO ..... 29
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO ..... 29
3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) ..... 30
4. DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS") ..... 30
5. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO ..... 30
6. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA ..... 30
7. REMUNERAÇÕES ..... 31
8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA ..... 32
9. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS ..... 32
10. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO ..... 32
11. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS ..... 32
12. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO ..... 33
13. ELEMENTOS A QUE ALUDE O ARTº 13º-A DO DEC-LEI 300/2007, DE 23 DE AGOSTO ..... 33
14. SÍNTESE DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS ..... 35
IV – ATIVIDADE ..... 36
1. PROCURA ..... 36
2. OFERTA ..... 39
3. FROTA ..... 39

4. ATIVIDADES ACESSÓRIAS ..... 40
V – SEGURANÇA E AMBIENTE ..... 42
1. SEGURANÇA E AMBIENTE ..... 42
2. SINISTRALIDADE ..... 43
VI – RECURSOS HUMANOS ..... 44
VII – INVESTIMENTO ..... 46
VIII – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA ..... 48
1. GESTÃO DO FINANCIAMENTO ..... 48
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO ..... 49
3. MODELO DE FINANCIAMENTO ..... 50
4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA ..... 51
5. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL ..... 51
IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 56
PERSPETIVAS FUTURAS ..... 56
NOTAS FINAIS ..... 57
AGRADECIMENTOS ..... 57

# I – NOTA DE ABERTURA

O exercício de 2011 regista uma quebra, ainda que não muito acentuada, no nível da atividade da Empresa, expressa na redução do número de passageiros transportados, situação que contraria o quadro de recuperação da procura que se vinha sentindo nos últimos anos. A este facto não são alheios os impactos na economia portuguesa de crise financeira internacional.

Neste cenário, a Empresa procurou adequar a sua oferta, ajustando, em algumas carreiras, o número de viagens e os horários praticados à evolução da procura, tendo igualmente presente a necessidade de incrementar medidas de contenção de custos, particularmente ao nível do principal recurso energético, o gasóleo, cujo preço médio por litro sofreu um aumento de cerca de 30% face a 2010.

Não pode deixar de se referir que também aos clientes do transporte público foi exigido um esforço acrescido de partilha, nas medidas de sustentabilidade do sector, por via dos aumentos de tarifário ocorridos durante o ano.

Pela sua relevância, outros factos ocorridos durante o exercício merecem ainda referência especial:

- A entrega em 22 de março do *ferryboat* "Almadense", o segundo e último de uma encomenda de dois, construídos em Portugal, na Navalria.
- A abertura ao público, no dia 4 de setembro, da primeira fase das obras de remodelação do Terminal do Terreiro do Paço, facto que constitui uma importante melhoria na qualidade do serviço prestado aos clientes, face às excelentes condições de intermodalidade que proporciona com outros modos de transporte, designadamente o Metro e a Carris.

Por outro lado, não foi ainda possível concretizar durante o exercício, a extinção da Soflusa por integração na Transtejo, tal como estava previsto na Resolução de Concelho de Ministros nº 101-A/2010 de 15 de dezembro, devido à mudança de Governo ocorrida a meio do ano. Isto sem embargo de se terem continuado a consolidar as medidas de otimização da estrutura organizacional comum às duas empresas.

Assinalam-se outros acontecimentos, de menor relevância, mas que traduzem a vontade de participação social da Empresa no quadro de responsabilidade que, neste plano, lhe está remetida e que vão referidos em ponto próprio deste relatório.

Refere-se, finalmente, o agravamento significativo do resultado líquido negativo do exercício, que ascendeu a 20.786.247,83€ (em 2010: 12.509.259,55€), facto que, como em capítulo próprio se detalhará, se ficou a dever, essencialmente, a fatores exógenos e não associados ao normal desenvolvimento da atividade.

# II - GOVERNO DA SOCIEDADE

## 1. Missão, Objetivos e Política

### Missão

O Grupo Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

### Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

### Valores

Os valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação;
- Proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens;
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores;
- Melhoria constante do serviço;
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

## Objetivos e Políticas do Grupo

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Conselho de Administração da Transtejo apresentou para o período 2009-2010, as orientações estratégicas para o transporte fluvial aprovadas em Assembleia Geral em 3 de Junho de 2009.

Em 2011, em período de prolongamento de mandato, embora não tenham sido definidas novas orientações estratégicas, o Conselho de Administração procurou dar continuidade às orientações definidas para o período anterior, mantendo como linha estratégica dominante a contenção do esforço financeiro do Estado, nomeadamente dando cumprimento às orientações do Acionista no que respeita à redução dos custos operacionais preconizados para o SEE no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013.

O Conselho de Administração, teve em conta, o papel de complementaridade do transporte fluvial com os restantes meios de transporte, com os quais interage, procurando que as orientações e os objetivos definidos tivessem enquadramento numa estratégica mais global e que abrangessem todo o sector dos transportes:

- Melhorar a eficiência do sector dos transportes;
- Assegurar níveis de qualidade do transporte público, particularmente quanto à comodidade e segurança;
- Melhorar a quota do transporte público;
- Aumentar a sustentabilidade do sistema dos transportes;
- Reforçar o papel social do transporte público na sociedade;
- Promover e incentivar práticas de gestão e desempenho assentes em processos e competências profissionais adequados e em princípios de racionalidade económica.

Após diagnóstico da situação do Grupo e aferição do seu enquadramento relativamente às orientações estratégicas atrás referidas, foram definidos objetivos, tendo subjacente a contenção do défice operacional, medida que, assumindo o quadro atual de redução / estagnação da procura – impeditivo de acréscimos relevantes ao nível dos rendimentos - passa sobretudo por medidas de contenção ao nível da estrutura de gastos.

**Objetivos para 2011:**

O Conselho de Administração deu, no essencial, cumprimento aos objetivos traçados para o triénio 2008-2010, tendo mantido para 2011 orientações de gestão em linha com os objetivos anteriores.

Prosseguir o processo de reestruturação, tendo em vista a definição de um modelo **empresarial para a Transtejo e Soflusa.**

Para a prossecução deste objetivo, o Grupo considerou determinante a publicação de Decreto-Lei que viesse a transferir os direitos de exploração de todo o tráfego fluvial para a Transtejo.

Com efeito, em 2009 foram publicados os novos estatutos da CP, extinguindo a base legal que esteve na origem da criação da Soflusa para a exploração da ligação fluvial Lisboa-Barreiro.

Em consequência disso, foi preparado um dossier relativo à proposta de fusão por integração da Soflusa na Transtejo, que foi submetido à consideração e apreciação da Tutela. A Lei do Orçamento do Estado para 2011 veio determinar a fusão entre a Transtejo e a Soflusa a realizar durante o primeiro semestre. O Plano Estratégico de Transportes, Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro, contempla também a fusão das duas empresas

Não tendo chegado a concretizar-se até final de 2011, o Conselho de Administração aguarda orientações do Acionista para o cumprimento deste projeto, que considera da maior relevância e oportunidade.

**Reorganização dos processos e da estrutura organizacional**

Após as diversas intervenções ocorridas em 2010 na estrutura organizacionais, concluiu-se em 2011 o desenvolvimento da plataforma tecnológica de sistemas de informação, cuja conclusão veio permitir melhorar a gestão dos recursos e tornar os processos mais eficientes, nomeadamente nas Direções Financeira e de Pessoal.

Também ao nível dos sistemas de controlo e validação de acessos, se evoluiu consideravelmente com a introdução de *up-grades* no sistema de bilhética, por forma a permitir novas funcionalidades de

utilização, controlo e repartição de receita, suscitadas pelo surgimento de novas modalidades de títulos de transporte.

**Reforçar o nível de qualidade e segurança do transporte**

No sentido de aumentar os níveis de qualidade e segurança do transporte público, concluíram-se em 2011 vários projetos, com destaque para:

- A construção de dois ferry-boats, na Navalria, em Aveiro, com entrada ao serviço no primeiro trimestre de 2011;
- A remodelação do sistema de vídeo vigilância nos terminais;
- O envio ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações da *Proposta de Renovação da Frota Cacilhense e Renovação Progressiva da Restante Frota*, sustentada no estudo para a seleção do tipo e características dos novos navios.

**Reforçar a articulação intermodal**

No sentido de reforçar a articulação intermodal:

- O Grupo participou conjuntamente com os restantes operadores públicos e privados no Grupo Trabalho previsto no Despacho 1337/2011 de 22 de setembro, constituído com o objetivo de apresentar proposta de revisão das redes de transportes públicos e de criação de um sistema tarifário intermodal na Área Metropolitana de Lisboa.

**Promover a Sustentabilidade Ambiental**

Como dado mais relevante do exercício no domínio ambiental, destaca-se a continuação do processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo o referencial normativo da norma ISO 14001:2007. Manteve-se adequado controlo quanto ao cumprimento do que dispõem a Declaração de Política Ambiental do Grupo e o Manual de Gestão Ambiental, tendo-se efetuado a primeira auditoria interna.

Ainda neste capítulo, assinala-se o início da segunda fase da instalação do Sistema de Contabilidade Energética com benefícios no apuramento de indicadores de atividade relacionados com os consumos de combustível e do respetivo desempenho ambiental.

Remetemos para o capítulo sobre Sustentabilidade informação mais pormenorizada sobre esta matéria.

## 2. Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

### Regulamentação Interna

Os principais regulamentos internos que atualmente vigoram nas Empresas são constituídos pelo seguinte corpo de normas, havendo a intenção de os atualizar, tornar homogéneos e alargar o seu âmbito:

- Manual de Organização e Estrutura do grupo Transtejo, aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2011.
- Acordo de Empresa celebrado entre a Transtejo e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E., 1ª série, nº 32 de 29 de agosto de 2010
- Acordo de Empresa celebrado entre a Soflusa e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E., 1ª série, nº 32 de 29 de agosto de 2010
- Código de Ética para o Grupo Transtejo, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008;
- Manual de Gestão Ambiental do Grupo Transtejo, que reflete os requisitos da Norma Portuguesa "NP EN ISSO 14001:2004", promulgado pelo Conselho de Administração em 12 de novembro de 2009.
- Declaração de Política de Ambiente do Grupo Transtejo, constante da Ordem de Serviço nº 01/2010, aprovada pelo Conselho de Administração em 7 de janeiro de 2010.
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo Transtejo, aprovado pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2010.

## Regulamentação Externa

Os principais regulamentos externos que atualmente vigoram nas Empresas são constituídos pelo seguinte corpo de normas:

| DIPLOMAS | ASSUNTO |
|---|---|
| **Decreto-Lei nº 150/92, de 21 de julho** | **Aprova os estatutos da Transtejo** |
| **Diário da República - III Série nº 217, de 15 de setembro de 1993** | **Estatutos da Soflusa** |
| **Decreto-Lei nº 265/72, de 31 de julho,** alterado pelos Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de março; Decreto-Lei nº 208/2000, de 2 de setembro; Decreto-Lei nº 287/98, de 17 de setembro; Decreto-Lei nº 190/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº 195/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº 26/95, de 8 de fevereiro; Decreto-Lei nº 237/94, de 19 de setembro; Portaria nº 32/90, de 16 de janeiro; Decreto-Lei nº 55/89, de 22 de fevereiro; Decreto-Lei nº 284/88, de 12 de agosto; Decreto-Lei nº 162/88, de 14 de maio; Decreto-Lei nº 278/87, de 7 de julho; Lei nº 35/86, de 4 de setembro; Acórdão nº 178/86, de 23 de junho; Portaria nº 886/81, de 3 de outubro; Portaria nº 44/73, de 23 de janeiro; Decreto-Lei nº 370/2007, de 6 de novembro; Decreto-Lei nº 23/2007, de 1 de fevereiro; Decreto-Lei nº 64/2005, de 15 de março; Decreto-Lei nº 191/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº 150/88, de 28 de abril. | **Aprova o Regulamento Geral das Capitanias** |
| **Decreto-Lei nº 349/86, de 17 de outubro** | **Regula o contrato de transporte de passageiros por mar** |
| **Decreto-Lei nº 8/93, de 11 de janeiro,** alterado pelo Decreto-Lei nº 268/2003, de 28 de outubro | **Estabelece o regime dos títulos combinados de transportes** |
| **Despachos normativos nºs 30/2010, de 31 de Dezembro e 11-A/2011, de 27 de julho** | **Atualização e aumento tarifário de transportes** |
| **Decreto-Lei nº 280/2001, de 23 de outubro,** alterado pelos Decreto-Lei nº 226/2007, de 31 de maio e Decreto-Lei nº 206/2005, de 28 de novembro. | **Estabelece as normas reguladoras da atividade profissional dos marítimos** |
| **Decreto-lei nº 21/2002, de 31 de janeiro,** alterado pelo Decreto-Lei nº 178/2002, de 31 de julho; alterado e | **Regula a Atividade Marítimo – Turística** |

| | |
|---|---|
| republicado pelo Decreto-Lei nº 269/2003, de 28 de outubro; alterado pelos Decreto-Lei nº 289/2007, de 17 de agosto e Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de maio. | |
| **Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro**, alterado por Declaração de Retificação nº 18-A/2008, de 28 de março; Lei nº 59/2008, de 11 de setembro; Decreto-Lei nº 223/2009, de 11 de setembro; Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro; Lei nº 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro, e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro. | **Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo** |
| **Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro**, alterado pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro. | **Estabelece o regime jurídico do setor empresarial do Estado e das empresas públicas** |
| **Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março**, alterado pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro. | **Aprova o novo Estatuto do Gestor Público** |
| **Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março** | **Aprova os princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado** |
| **Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de setembro** | **Cria o novo passe escolar designado "Passe 4_18@escola.tp"** |
| **Portaria nº 138/2009 de 03 de fevereiro**, alterada pela Portaria nº 982-A/2009, de 2 de setembro. | **Define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp» e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado** |
| **Decreto-Lei nº 203/2009, de 31 de agosto** | **Cria o passe sub23@superior.tp, aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos** |
| **Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro**, alterada pela Declaração de Retificação nº 11-A/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 245/2009, de 22 de setembro. | **Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas** |
| **Lei nº 37/2007, de 14 de agosto,** | **Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo** |
| **Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril** | **Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado** |
| **Lei nº 28/2006, de 4 de julho**, alterada pelo Decreto-Lei | **Aprova o regime sancionatório aplicável às** |

| | |
|---|---|
| nº 14/2009, de 14 de janeiro, e pelo Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro. | transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros |
| **Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro**, alterado por Declaração de 29 de novembro de 1986 (de ter sido retificado o Decreto-Lei nº 262/86, que aprova o Código das Sociedades Comerciais); Decreto-Lei nº 53/2011, de 13 de abril; Decreto-Lei nº 33/2011, de 7 de março; Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de maio; Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto; Lei nº 19/2009, de 12 de maio; Decreto-Lei nº 64/2009, de 20 de março; Decreto-Lei.º 247-B/2008, de 30 de dezembro; Decreto-Lei nº 357-A/2007, de 31 de outubro; Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de janeiro; Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março; Decreto-Lei nº 52/2006, de 15 de março; Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de julho; Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro; Decreto-Lei nº 19/2005, de 18 de janeiro; Decreto-Lei nº 88/2004, de 20 de abril; Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro; Decreto-Lei nº 107/2003, de 4 de junho; Decreto-Lei nº 162/2002, de 11 de julho; Decreto-Lei nº 237/2001, de 30 de agosto; Decreto-Lei nº 36/2000, de 14 de março; Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro; Decreto-Lei nº 343/98, de 6 de novembro; Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de dezembro; Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro; Decreto-Lei nº 261/95, de 3 de outubro; Decreto-Lei nº 225/92, de 21 de outubro; Decreto-Lei nº 142-A/91, de 10 de abril; Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho; Decreto-Lei nº 418/89, de 30 de novembro; Decreto-Lei nº 229-B/88, de 4 de julho; Decreto-Lei nº 280/87, de 8 de julho; Decreto-Lei nº 184/87, de 21 de abril. | **Aprova o Código das Sociedades Comerciais** |
| **Decreto-Lei nº 148/2003, de 11 de julho**, alterado pelos Decreto-Lei nº 69/2007, de 26 de março e Decreto-Lei nº 120/2005, de 26 de julho | **Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/52/CE, da Comissão, de 26 de julho, que altera a Diretiva n.º 80/723/CEE, da Comissão, de 25 de junho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas** |
| **Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto** | **Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas** |
| **Regulamento (CE) nº 1370/2007 do Parlamento** | **Relativo aos serviços públicos de transporte** |

| | |
|---|---|
| Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007 | ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) nº 1191/69 e (CEE) nº 1107/70 do Conselho |
| Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro | Estabelece o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto |
| **Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro,** alterado pela Lei nº 48/2011, de 26 de agosto, Lei 60-A/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro | Aprova o Orçamento de Estado para 2011 |
| **Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro** | Aprova o Orçamento de Estado para 2012 |
| **Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro** | Aprova o Plano Estratégico de Transportes |
| **Lei nº 158/2009, de 13 de julho,** alterado pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março | Aprova o Sistema de Normalização Contabilística |
| **Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2011, de 16 de dezembro** | Aprova, para o ano de 2011, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público |

## 3. Transações relevantes com entidades relacionadas

| TRANSAÇÕES INTRA-GRUPO ocorridas no exercício 2011<br>Consideradas na Consolidação | |
|---|---|
| Afretamento de navios da Soflusa à Transtejo | 1.000.800,00 |
| Rendas debitadas pela Transtejo à Soflusa referentes à ocupação das Intalações Administrativas no Terminal do Cais do Sodré | 47.922,48 |
| Juros de empréstimos de financiamento debitados pela Transtejo à Soflusa | 849.282,77 |

## 4. Outras transações relevantes

### Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, aplicou-se o Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, que estabelece a disciplina relativa à contratação pública.

O Grupo cumpre igualmente as orientações constantes no Despacho nº 438/10 – SETF de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132, de 6 de Agosto de 2010 da DGTF. Conforme previsto no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), o Grupo aderiu em 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) tendo inclusivamente procedido a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos-quadro vigentes junto da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP). Sobre as duas empresas do Grupo desenvolvem-se periodicamente auditorias regulares nestas matérias, nomeadamente pelo IGOPTC – Inspeção-geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

## Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

A Empresa não realizou quaisquer transações fora das condições de mercado.

## Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Em 2011 a rubrica fornecimentos e serviços externos ascendeu a 9.917.915 €, pelo que são reportadas no quadro seguinte, as transações com fornecedores superiores a 495.896 € (5% daquele montante).

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Petrogal, S.A.** | *Aquisição de combustível* | 11.370.169,48 | (*) (**) |
| **SCMA, Lda.** | *Gestão da manutenção da frota de navios* | 2.051.779,02 | (*) |
| **Venamar** - Construções e Reparações Navais | *Serviços de Manutenção da Frota de Navios (estaleiros)* | 706.815,80 | (*) |
| **Induma** - Máquinas industriais | *Aquisição de equipamentos para a frota de navios* | 2.058.891,14 | (*) |
| **Nova Serviços, Lda.** | *Serviço de limpeza de instalações e navios* | 505.874,75 | (*) |
| **Império - Bonança** | *Prémios da carteira de seguros* | 1.800.306,64 | |
| **Securitas, S.A.** | *Serviço de vigilância e segurança* | 867.402,81 | (*) |

*(*) Valores com IVA incluído*
*(**) Contabilizado em CMVMC*

# 5. Modelo de Governo e Identificação dos membros dos Órgãos Sociais

| ÓRGÃOS SOCIAIS<br>Eleitos em Assembleia-Geral de 17/07/2008 para o mandato 2008-2010 | |
|---|---|
| | MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL |
| Presidente | Dr. António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes |
| Vice-Presidente | Dr. Félix Nascimento Esteves |
| Secretário | Dra. Tânia Rodrigues Nascimento |
| | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |
| Presidente | Engº MMM João António da Silva Pintassilgo |
| Vogal | Dra. Maria Elisa Silva Saloio (*) |
| Vogal | Dr. Isidro Durão Heitor |
| | ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO |
| | CONSELHO FISCAL |
| Presidente | Dra. Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho |
| Vogal | Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho |
| Vogal | Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto |
| Vogal-suplente | Dr. Carlos Alberto Dores Costa |
| | REVISOR OFICIAL DE CONTAS |
| Efectivo | Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC<br>*Inscrição na OROC nº. 100 e registo na CMVM nº. 8968*<br>*Representada por:* Dr. Issuf Ahmad (ROC nº 779) |
| Suplente | Dr. José Luís Mesquita Barbas |

*(*) Apresentou renúncia em 01 de fevereiro de 2011*

| ÁREAS DE RESPONSABILIDADE<br>dos membros do Conselho de Administração | | |
|---|---|---|
| Presidente | João Pintassilgo | Comunicação, Segurança e Ambiente, Exploração, Manutenção |
| Vogal | Maria Elisa Saloio | Financeiro, Comercial, Informática |
| Vogal | Isidro Durão Heitor | Pessoal, Jurídico, Serviços Gerais |

Na sequência da renúncia ao cargo, apresentada em 01 de fevereiro de 2011 pela vogal Dra. Maria Elisa Saloio, procedeu-se à redistribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração:

| ÁREAS DE RESPONSABILIDADE<br>dos membros do Conselho de Administração - Redistribuição de pelouros (*) | | |
|---|---|---|
| Presidente | João Pintassilgo | Segurança e Ambiente, Financeira, Manutenção, Exploração, Recursos Materiais, Apoio ao CA, Comunicação e Imagem |
| Vogal | Isidro Durão Heitor | Pessoal, Comercial, Informática e Comunicações, Contencioso |

*(*) Deliberação do Conselho de Administração de 01/02/2011*

## ADMINISTRADORES - Funções exercidas noutras empresas

**PRESIDENTE - João António da Silva Pintassilgo**
Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

**VOGAL - Isidro Durão Heitor**
Vogal do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da OTLIS, ACE
Presidente do Conselho Fiscal da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

## ESTRUTURA DE GESTÃO

| | |
|---|---|
| **Direcção Financeira** | Dr. Pedro Rolo |
| **Direcção de Pessoal** | Dr. Raúl Matias |
| **Direcção Comercial** | Dra. Teresa Gato |
| **Direcção de Exploração** | Cmte. António Ferreira |
| **Direcção de Segurança e Ambiente** | Engº Meira da Cunha |
| **Direcção de Manutenção** | Engº Cintra Viegas |
| **Gabinete de Informática e Comunicações** | Engº Américo Silva |
| **Gabinete Jurídico e de Apoio ao CA** | Dra. Tânia Nascimento |
| **Gabinete de Recursos Materiais** | Dr. Miguel Alves |

## AUDITOR EXTERNO

**Deloitte & Associados, SROC S.A.**
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231
*Sede:* Edifício Atrium Saldanha, nº 1 - 6º 1050-094 LISBOA

## CV's dos membros do Conselho de Administração

### Presidente do CA

João António da Silva Pintassilgo

*Nome: João António da Silva Pintassilgo*

*Natural de Lisboa*

*Nascido em 13 de Junho de 1948*

*Residente no Barreiro:*

*Rua César Coelho nº 14 - r/c Frente*

*2835 Lavradio*

*Telefone 21 2030356-Tlm 936020218; e-mail: jpintassilgo@sapo.pt*

## *HABILITAÇÕES ACADÉMICAS*

- *Bacharelato em Engenharia de Máquinas Marítimas, pela Escola Náutica Infante Dom Henrique*
- *2º Ano do Curso de Energia e Sistemas de Potência do ISEL.*
- *2º Ano do Curso de Eletrotecnia e Máquinas do I.I.L.*
- *Curso Industrial Eletricidade e Secção Preparatória ao Instituto Industrial*

## *HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS*

- *Engenheiro Maquinista Marinha Mercante*
- *Oficial de Máquinas da Marinha Mercante*

## *SERVIÇO MILITAR*

- *Serviço Normal na Armada, na Escola de Fuzileiros, com Curso Formação Oficiais Reserva Marítima em 1968*
- *Licenciado em 1975 como Sub-Tenente da Reserva Marítima.*

## *ATIVIDADE PROFISSIONAL*

| | |
|---|---|
| *- Administrador Transtejo e Soflusa* | *- Desde Julho 2005* |
| *- Diretor de Central Termoeléctrica na EDP-CPPE* | *- 1999/2005* |
| *- Responsável Gabinete de Comunicação e Documentação da CPPE* | *- 1997/1999* |
| *- Chefe Departamento Condução Central do Barreiro* | *- 1993/1997* |
| *- Assessor Chefe Departamento Exploração Central Barreiro* | *- 1990/1993* |
| *- Responsável Área de Ensaios Central do Barreiro* | *- 1988/1990* |
| *- Encarregado / Chefe de Turno Central Térmica EDP* | *- 1975/1988* |
| *- Oficial da Marinha Mercante (Engenheiro Maquinista)* | *- 1969/1975* |

## *FORMAÇÃO COMPLEMENTAR*

- *XIX PDE da AESE – 2000*
- *Curso de "Teorias e Métodos de Gestão", na EDP*
- *Curso de " Liderança e Eficácia de Trabalho em Grupo", na EDP*
- *Curso de "Organização de Empresas", na EDP*
- *Curso de "Segurança para Quadros no Sector Elétrico", na EDP*

- *Curso de "Auditorias de Qualidade", no ISQ*
- *Frequência do Curso de Psicologia Organizacional do ISPA.*

*ATIVIDADES COMPLEMENTARES*

- *Deputado Grande área Metropolitana de Lisboa* - *2006/2009*
- *Deputado Assembleia Municipal do Barreiro* - *desde 1998*
- *Vereador da Câmara Municipal do Barreiro com o Pelouro do Ambiente e Recursos Naturais.* - *1990/1993*
- *Cria Serviço Municipal de Proteção Civil do Barreiro*
- *Dirige em colaboração com o SNPC a elaboração do Plano Emergência Externo Complexo Industrial \ Barreiro e dirige o seu Exercício-Teste "Gaivota 93".*
- *Membro Comissão Admin. Plano Formação Profissional* - *1986/1988*

**Vogal do CA**

Dr. Isidro Durão Heitor

*Nome: Isidro Durão Heitor*

*Data de nascimento: 10 de Junho de 1955*

*Naturalidade: Ortiga – Mação*

*Estado Civil: Casado*

*Morada: Rua Dr. Câmara Pestana, 63, 2º, 2830-342 Barreiro*

*HABILITAÇÕES ACADÉMICAS*

- *Licenciatura em Direito (Julho/1980) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*
- *Pós Graduação: "Mudança Organizacional" – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia – 2003*

*HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS*

- *PT Talent Advanced – Management Development Program – Curso composto pelos módulos "Refletir para Evoluir", "Conhecer para Comunicar", "Comunicar para Gerir" e "Projetar para o Futuro" – 2006*
- *CAP – Certificado de Aptidão Profissional – IEFP*

*SERVIÇO MILITAR*

- *Estado-Maior do Exército – Repartição de Pessoal (Alferes Miliciano)*

*FORMAÇÃO PROFISSIONAL / COMPLEMENTAR*

- *Frequência de várias dezenas de ações de formação relacionadas com Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Direito do Trabalho e das Comunicações, Informática.*
- *Participante e orador em vários Encontros, Seminários e Colóquios (Nacionais e Internacionais)*

*ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS*

- *Ordem dos Advogados – 1983 (inscrição suspensa, a pedido)*
- *APG - Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos*

*ATIVIDADE PROFISSIONAL*

- *TT – Transtejo – Transportes Tejo, S.A.*

  *Membro do Conselho de Administração (desde 2008)*
- *SL – Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.*

  *Membro do Conselho de Administração (desde 2008)*
- *OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE*

  *Membro do Conselho de Administração*
- *PT - Portugal Telecom, SA*

  *Diretor do Departamento de Administração de Pessoal*

  *Diretor / Coordenador do Projeto "Outplacement / Outsourcing"*

  *Diretor de Recursos Humanos da Zona 2 (Sul)*

  *Diretor do Departamento da Política Social*

  *Diretor do Departamento dos Serviços de Transição*

  *Manager do Centro de Desenvolvimento de Competências*

  *Membro das seguintes Comissões/Equipas:*

  *Responsável pelo Estudo, Conceção e Implementação da PT ACS (Associação dos Cuidados de Saúde da Portugal Telecom)*

  *Formação Estratégica da PT Comunicações*

  *Comissão Paritária emergente do AE PT Comunicações*
- *TDP – Teledifusora de Portugal, SA*

  *Diretor de Pessoal (1991/94)*
- *CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP*

  *Chefe do Serviço de Pessoal da Região Sul (1983/86)*

  *Diretor da Divisão de Estudos e Contratação Coletiva (1987)*

*Responsável pelos Serviços de Pessoal da Direção de Operações Sul (fusão da Regiões Centro e Sul) – 1989/91*

*Coordenador de Equipas de Projeto*

*Legal Representante da CP nos Tribunais de Trabalho*

- *Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul*

*Consultor de Relações Laborais e de Gestão de Recursos Humanos (1982/83)*

- *Ministério da Justiça*

*Representante do Ministério Público no Circulo Judicial de Tomar (1981)*

- *Faculdade de Direito*

*Monitor de Direito do Trabalho (1980/81)*

*ATIVIDADES EXTRA-PROFISSIONAIS*

- *Autarca (Deputado Municipal e membro de Assembleia de Freguesia)*
- *Dirigente de Instituições de Solidariedade Social e de Associações Culturais e Desportivas*
- *Membro da Comissão Dinamizadora e Dirigente do "Fórum Telecomunicações"*
- *Membro do "Clube de Roma" (reflexão sobre Comunicações)*
- *Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Armadores de Tráfego Local*

## 6. Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

### Estatuto remuneratório fixado

*(Comissão de Fixação de Remunerações de 15/07/2009)*

| MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL | | |
|---|---|---|
| Presidente | Senha de presença | 557,96 |
| Vice-Presidente | Senha de presença | 340,16 |
| Secretário | Senha de presença | 279,54 |

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|
| **Administradores** *(Executivos)* | **Remuneração Fixa** *(14 vezes por ano)* | **Remuneração Variável** *(Anual)* | **Outras regalias** *(Benefícios remuneratórios)* |
| **Presidente** | 5.452,58 euros 14 vezes por ano | Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos | Viatura de serviço até ao limite de 1.000 euros de renda mensal<br>Combustível até ao limite de 30.000 km/ano<br>Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês |
| **Vogais** | 4.689,47 euros 14 vezes por ano | Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos | Viatura de serviço até ao limite de 900 euros de renda mensal<br>Combustível até ao limite de 30.000 km/ano<br>Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês |

| CONSELHO FISCAL | |
|---|---|
| **Presidente** | 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano |
| **Vogais** | 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano |

| REVISOR OFICIAL DE CONTAS | |
|---|---|
| *Honorários fixados de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas* | |
| **Valor acordado:** 26.700 euros | Conforme contrato celebrado em 03.07.2009 |

## Remunerações auferidas em 2011

No exercício de 2011, foi dado cumprimento ao previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo sido reduzida a título excecional em 5% a remuneração dos gestores públicos. Adicionalmente, foi aplicada com efeitos a partir de fevereiro de 2011, a norma de redução remuneratória norma prevista no artigo 19º da Lei OE nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro.

## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Un: €

| | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
|---|---|---|---|
| **Senhas de presença** Total processado em 2011 | (*) | (*) | (*) |

*(*) Não tendo ocorrido em 2011 a Assembleia-Geral de aprovação de contas do exercício 2010, não foi auferida qualquer remuneração pelos membros deste órgão social.*

## ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Un: €

| CONSELHO FISCAL | 2010 | | | 2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Presidente | Vogal (*) | Vogal (**) | Presidente | Vogal (*) | Vogal (**) |
| Remuneração anual fixa (€) | 15.267 | 11.450 | 11.450 | 15.267 | 11.450 | 11.450 |
| Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | n.a. | n.a. | n.a. | 2.158 | 1.449 | 1.574 |
| Remuneração anual efetiva (€) | 14.776 | 11.082 | 11.082 | 13.110 | 10.002 | 9.877 |

*(*) Vogal Dra. Alexandra Carvalho*

*(**) Vogal Dr. Carlos Lipari Pinto*

Un: €

| REVISOR OFICIAL DE CONTAS | 2010 | 2011 (**) |
|---|---|---|
| Remuneração anual auferida | 26.700 | 25.428 |

*(**) Em 2011 não foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011).*

*No âmbito do plano de redução de gastos operacionais, esta SROC aceitou reduzir o valor dos seus honorários*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Un: €

| | 2011 | | |
|---|---|---|---|
| | Presidente | Vogal | Vogal |
| | *Eng.º J. Pintassilgo* | *Dr. Isidro Heitor* | *Dra. Elisa Saloio* |
| **1. Remuneração** | | | (*) |
| 1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€) | 81.722 | 65.653 | 4.846 |
| 1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€) | 4.086 | 3.283 | 242 |
| 1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | 7.764 | 6.237 | 446 |
| 1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.-1.2.-1.3.) (€) | 69.880 | 56.133 | 4.158 |
| **2. Outras regalias e compensações** | | | |
| 2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€) | 1.200 | 1.200 | |
| 2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€) | 267 | 508 | |
| 2.3. Subsídio de deslocação (€) | - | - | - |
| 2.4. Subsídio de refeição (€) | 1.789 | 1.908 | 320 |
| 2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€) | | | |
| Planos pensões | 4.926 | - | - |
| **3. Encargos com benefícios sociais** | | | |
| 3.1. Regime de Proteção Social (€) *(Só encargos entidade patronal)* | 7.397 | 6.237 | 611 |
| 3.2. Seguros de saúde (€) | 217 | 217 | 37 |
| 3.3. Seguros de vida (€) | - | - | - |
| 3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€) | - | - | - |
| **4. Parque Automóvel** | | | |
| 4.1. Marca | AUDI | AUDI | AUDI |
| 4.2. Modelo | A6 | A4 sw | A4 |
| 4.3. Matrícula | 00-IJ-92 | 01-IJ-03 | 01-IJ-02 |
| 4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing) | *Renting* | *Renting* | *Renting* |
| 4.5. Valor de referência da viatura nova (€) | 41.507 | 38.218 | 38.218 |
| 4.6. Ano Inicio | 2009 | 2009 | 2009 |
| 4.7. Ano Termo | 2013 | 2013 | 2013 |
| 4.8 N.º prestações (se aplicável) | n.a. | n.a. | n.a. |
| 4.9. Valor Residual (€) | n.a. | n.a. | n.a. |
| 4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€) | 11.994 | 9.909 | 1.599 |
| 4.11. Combustível gasto com a viatura (€) | 2.098 | 1.868 | 291 |
| 4.12. Plafond anual Combustivel atribuído (€) | Para 28.500 Km | Para 28.500 Km | Para 28.500 Km |
| 4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€) | | | |
| Conservação e reparação | 196 | 81 | 19 |
| Portagens / Estacionamentos | 882 | 1.501 | 101 |
| **5. Informações Adicionais** | | | |
| 5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n) | S | N | N |
| 5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€) | 81.722 | n.a. | n.a. |
| 5.3. Regime de Proteção social | Geral | Geral | CGA |
| 5.3.1. Segurança social (s/n) | S | S | S |
| 5.3.2. Outro (indicar) | N | N | N |
| 5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n) | N | N | N |

*(*) Apresentou renúncia em 01.Fevereiro.2011*

AUDITOR EXTERNO

Un: €

| AUDITORIA FINANCEIRA E CONTABILÍSTICA | 2010 | 2011 (**) |
|---|---|---|
| Remuneração anual auferida | 21.000 | 9.800 |

*(**) Em 2011 não foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011).*

Em 2010 o Auditor Externo foi PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.

Os valores apresentados para 2010 e 2011 incluem os honorários da prestação de serviços de auditoria referentes às contas do exercício de 2009 e 2010 respetivamente.

## 7. Análise da Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental

- Estratégias adotadas
- Grau de cumprimento das metas fixadas
- Políticas seguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade
- Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

(i) Responsabilidade Social

- Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação
- Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores
- Adoção de práticas ambientalmente corretas

(ii) Desenvolvimento Sustentável

- Criação de valor para o acionista
- Promoção da proteção ambiental
- Contribuição para a inclusão social

(iii) Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.
- Planos de ação para o futuro

Este conjunto de informação será abordado em ponto específico do capítulo da sustentabilidade do relatório de gestão e sustentabilidade

## 8. Avaliação fundamentada sobre o grau de cumprimentos dos Princípios do Bom Governo (PBG's)

Não tendo ocorrido em 2011 qualquer ação inspetiva do IGOPT, transcrevem.se os termos da conclusão do relatório referente à ultima auditoria técnica efetuada por aquela entidade:

"Considera-se que a Transtejo – Transportes Tejo, S.A., cumpriu, no essencial, os preceitos relacionados com os Princípios do Bom Governo, as obrigações de informação decorrentes do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e as normas dos Estatuto do Gestor Público." (*in* Relatório do IGOPTC nº 701/10 – Auditoria Técnica – Verificação do cumprimento do quadro legal do SEE).

## 9. Apresentação do Código de Ética

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2008, após período de debate interno e tem por objetivos:

- Expandir e consolidar as relações de confiança do Grupo com as partes interessadas (*stakeholders*).
- Explicitar os valores com os quais nos identificamos e que permitam mais adequadamente cumprir a missão do Grupo e reforçar a sua cultura específica.
- Clarificar junto de todos os dirigentes, chefias e demais responsáveis e colaboradores as regras de conduta que os mesmos devem observar nas suas relações recíprocas e nas que, em nome do Grupo, estabelecem com as partes interessadas.

O Código de Ética encontra-se disponível para consulta nos sites da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (www.dgtf.pt) e da Transtejo (www.transtejo.pt) e é aplicável a todas as pessoas que trabalham no Grupo Transtejo e ainda àquelas que colaboram com uma e/outra das referidas sociedades, ao abrigo de contrato de prestação de serviços, de estágio ou de mandato, sendo para efeitos deste código todas designadas "colaboradores".

## 10. Sistema de Controlo Interno

O Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de um controlo apropriado à sua dimensão e complexidade, dispondo de normativos internos adequados à proteção dos seus investimentos e dos seus ativos. O levantamento de todos os riscos relevantes assumidos pelo Grupo encontra-se reportado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado em 28.01.2010, e revisto em 2011.

Com o objetivo de aprofundar o controlo das práticas internas, foi criada em 2010 a atividade de Auditoria Interna.

Neste âmbito, foram desenvolvidas por esta atividade durante o exercício diversas ações de auditoria interna, a áreas de atividade mais sensíveis, designadamente através de inventários aos armazéns e de contagens físicas nas bilheteiras.

## 11. Mecanismos de prevenção de conflitos de interesse

Estão definidas internamente e mantiveram-se em prática ao longo do exercício de 2011 as seguintes medidas, com vista à prevenção de conflitos de interesse:

- A decisão de aprovação de despesas realizadas por qualquer um dos membros dos Órgãos Sociais é sempre da responsabilidade de um membro dos Órgãos Sociais distinto daquele que efetua a despesa.

- Os membros dos Órgãos Sociais cumpriram os deveres de informação a que, por lei, se encontram obrigados, tendo em vista salvaguardar a existência de conflitos de interesse. Esta divulgação é de responsabilidade dos próprios, de acordo com a legislação específica para os altos cargos públicos, tendo para o efeito sido apresentadas ao Procurador-Geral da República, por cada um dos membros do Conselho de Administração uma "Declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos".

## 12. Explicitação da divulgação de informação prevista na RCM nº 49/2007 de 28 de março

| Informação a constar no site do SEE | Divulgação | | | Comentários |
|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | |
| **Estatutos actualizados (PDF)** | x | | | |
| **Historial, Visão, Missão e Estratégia** | x | | | |
| **Ficha Síntese da empresa** | x | | | (*) |
| **Identificação da Empresa:** | | | | |
| Missão, objectivos, obrig. serv. Público e modelo de financiamento | x | | | |
| **Modelo Governo / Identificação Orgãos Sociais:** | | | | |
| Modelo de Governo (Identificação dos Órgãos Sociais) | x | | | |
| Estatuto remuneratório fixado | x | | | |
| Remunerações auferidas e demais regalias | x | | | |
| **Regulamentos e Transacções:** | | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | x | | | |
| Transacções relevantes com entidades relacionadas | x | | | (*) |
| Outras transacções | x | | | (*) |
| **Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental** | x | | | |
| **Avaliação do cumprimento dos PBG** | x | | | |
| **Código de Ética** | x | | | |
| **Informação Financeira histórica e actual** | x | | | (*) |
| **Esforço Financeiro do Estado** | x | | | |

*(*) A informação divulgada corresponde às últimas contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009) Será devidamente actualizada após aprovação das contas referentes ao exercício 2010.*

| Informação a constar no site da Empresa | Divulgação | | | Comentários |
|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | |
| **Existência de Site** | x | | | www.transtejo.pt |
| **Historial, Visão, Missão e Estratégia** | x | | | |
| **Organigrama** | x | | | |
| **Orgãos Sociais e Modelo de Governo:** | | | | |
| Identificação dos Órgãos Sociais | x | | | *Informação constante dos Relatórios de Gestão disponíveis no site em PDF (*)* |
| Identificação das áreas de responsabilidade do CA | x | | | |
| Identificação das comissões existentes na sociedade | x | | | |
| Identificação dos sistemas de controlo de riscos | x | | | |
| Remuneração dos Órgãos Sociais | x | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | x | | | |
| Transacções fora das condições de mercado | x | | | |
| Transacções relevantes com entidades relacionadas | x | | | |
| **Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental** | | | | |
| **Código de Ética** | x | | | |
| **Relatório e Contas** | x | | | (*) |
| **Provedor do cliente** | | | x | |

*(*) A informação divulgada corresponde às últimas contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009) Será devidamente actualizada após aprovação das contas referentes ao exercício 2010.*

**Legenda:**
*S - Sim / N - Não / N.A. - Não Aplicável*

# III – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

## 1. Objetivos de gestão e grau de cumprimento

Esta matéria foi abordada no ponto I-1 deste documento.

## 2. Gestão do risco financeiro

| GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO - Despacho nº 101/09 - SETF, de 30-01 | Cumprido | | | Descrição |
|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | |
| **Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva** | | | | |
| Diversificação de instrumentos de financiamento | X | | | |
| Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis | X | | | |
| Diversificação das entidades credoras | X | | | |
| Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado | X | | | |
| **Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes** | | | | |
| Consolidação de passivo remunerado: transf. passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis | | X | | |
| Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação | X | | | |
| Minimização da prestação de garantias reais | X | | | |
| Minimização de cláusulas restritivas (covenants) | X | | | |
| **Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa** | | | | |
| Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos | X | | | *Recurso a PIDDAC* |
| Opção pelos investimentos que com comprovada rendibilidade social / empresarial beneficiam de FC e de CP | | | X | |
| Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento | X | | | |
| **Inclusão nos R&C** | | | | |
| Descrição da evolução tx média de financiamento nos últimos 5 anos | X | | | |
| Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos | X | | | |
| Análise de eficência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro | X | | | |
| **Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos SWAP em carteira** | X | | | |

**Legenda:**

*FC - Fundos Comunitários / CP - Capital Próprio / S - Sim / N - Não / N.A. - Não Aplicável*

No capítulo próprio deste Relatório de Gestão sobre o Desempenho Económico e Financeiro da empresa no exercício de 2011, procede-se à análise dos procedimentos adotados na Gestão do Risco Financeiro, assim como às divulgações suscitadas em cumprimento do Despacho acima referido.

## 3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

| PMP | 2010 | | | | 2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1º T | 2º T | 3º T | 4º T | 1º T | 2º T | 3º T | 4º T |
| Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (dias) | 58,50 | 80,87 | 52,90 | 71,75 | 54,18 | 60,90 | 79,91 | 93,81 |

## 4. Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears")

Un: €

| PAGAMENTOS EM ATRASO | DIVIDAS VENCIDAS (Nos termos do DL nº 65-A/2011 de 17 de maio) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 0-90 dias | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | >360 dias |
| Aquisições de bens e serviços | 5.744 | - | - | | - |
| Aquisições de capital | - | - | - | | - |

## 5. Deveres especiais de Informação

Durante o exercício 2011 a empresa deu cumprimento aos deveres especiais de informação a que alude o Despacho nº 14277 / 2008 de 23 de Maio, reportando à DGTF de acordo com os modelos estabelecidos no sistema de recolha de informação económica e financeira (SIRIEF).

Remeteu de igual modo, para apreciação do acionista:

- Planos de atividades anuais e plurianuais
- Orçamentos anuais e estimativas de operações financeiras com o Estado
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetiva cobertura financeira;
- Planos de financiamento e necessidade de tesouraria;
- Relatórios de execução trimestrais acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.
-

## 6. Cumprimento das recomendações do acionista

No cumprimento dos deveres de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, a empresa reporta atempadamente toda a informação que lhe é solicitada.

Na sequência da deliberação do Acionista na Assembleia-Geral de aprovação das contas de 2009, a Empresa deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo – *Interface do Cais do Sodré – Terminal Fluvial*, assinado com o Metro em 01.09.2009, tarefa que se encontra em fase de conclusão.

## 7. Remunerações

**Dos Órgãos Sociais**

Conforme evidenciado no quadro constante do ponto I-6 "Remunerações dos órgãos sociais", foi dado cumprimento no exercício de 2011 ao conjunto de disposições legais sobre a matéria, designadamente:

- Não atribuição de quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, em cumprimento do Despacho de 25 de março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através do ofício circular nº 2590 de 26 de março de 2010.
- Aplicação da norma de redução remuneratória nos termos do art.º 19 da Lei 55-A/2010
- Continuação da redução de 5% da remuneração dos gestores públicos, conforme previsto no art.º 12 da Lei nº 12/2010 de 30 de junho.

**Do Auditor Externo**

A empresa procedeu a concurso público para prestação de serviços de auditoria externa, tendo contratado a Deloitte & Associados, SROC, empresa que apresentou a melhor proposta de honorários.

**Dos restantes trabalhadores**

- Aplicação da norma de redução remuneratória aos trabalhadores em geral, nos termos do art.º 19 da Lei 55-A/2010

## 8. Contratação Pública

Conforme já referido no ponto I - 4, em ambas as empresas do Grupo foi dado cumprimento às orientações constantes do Despacho nº 438/10 – SETF de 10 de Maio, transmitida através do ofício circular nº 6132, de 6 de Agosto de 2010 da DGTF, relativamente à contratação pública.

## 9. Sistema Nacional de Compras Públicas

Desde 2010 que o Grupo tem implementadas as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) tendo aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

## 10. Limites de endividamento

Un: €

| Endividamento Bancário | 2010 | 2011 |
|---|---|---|
| CP | 61.798.064 | 88.628.826 |
| MLP | 55.000.000 | 55.000.000 |
| | **116.798.064** | **143.628.826** |
| | | 22,97% |

(O limite máximo de acréscimo de endividamento é o que se encontra definido no Despacho nº 155/2011-MEF de 28 de abril)

## 11. Plano de Redução de Custos

Un: €

| Plano de redução de Gastos Operacionais | 2010 | 2011 | |
|---|---|---|---|
| Fornecimentos e Serviços Externos | 10.758.357 | 9.917.915 | -7,81% |
| Gastos com Pessoal (*) | 14.046.657 | 12.707.201 | -9,54% |
| | **24.805.014** | **22.625.116** | **-8,79%** |

*(*) sem indemnizações*

(O Despacho nº 155/2011-MEF de 28 de abril fixa em 85% relativamente a 2010 a despesa máxima anual de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos)

## 12. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, a Empresa procedeu à abertura de conta no IGCP no âmbito do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

As disponibilidades depositadas no IGCP no final de 2011, encontram-se demonstradas no quadro seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| **Total disponibilidades / 31-12-2011** | **12.161.479** | |
| **Depositadas no IGCP** | 7.211.315 | **59,30%** |
| Outras | 4.950.164 | |

## 13. Elementos a que alude o Artº 13º-A do Dec-Lei 300/2007, de 23 de Agosto

O cumprimento das divulgações que, de acordo com o Artigo 13º.A do Decreto-lei nº. 300/2007, devem constar nos relatórios de gestão, encontra-se relatado nos capítulos apropriados deste Relatório, com exceção da:

*i) Indicação do número de reuniões do Conselho de Administração*

- ✓ No exercício de 2011 realizaram-se 98 reuniões do Conselho de Administração com periodicidade semanal, sendo 50 da Transtejo e 48 da Soflusa, conforme definido nos estatutos.

- ✓ Decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício:

  - Celebração de contrato para a construção de dois navios para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos automóveis ou equivalentes – cobrança de nota de débito, no valor de 1.393.000,00 por mora da construção C003.
  - Foi apresentado um estudo pela Deloitte do Novo Modelo corporativo do Grupo Transtejo, por atualização do realizado em 2007, tendo como base a concentração

empresarial através da incorporação da SL na TT, de forma a concentrar toda a atividade operacional, bem como todos os ativos e passivos numa única entidade.

- Redistribuição de pelouros entre os membros do Conselho de Administração na sequência da cessação de funções da Dra. Elisa Saloio após a sua nomeação para a Vice-Presidência do IPTM.
- Suspensão de apoio escolar e pré-escolar destinado aos filhos dos trabalhadores face à necessidade de redução de custos operacionais no SEE, na modalidade geral e na modalidade bolsa;
- Procedeu-se à reorganização da Direção de Manutenção depois de ponderados os fatores que contêm potencial de melhoria para a eficiência da função manutenção do Grupo Transtejo.
- Foi aprovado o redimensionamento da frota de navios da Transtejo, tendo em vista quer a adequação da mesma à procura, quer a redução de custos de exploração.
- Foi efetuada receção provisória e de aceitação do Ferry "Almadense" construído nos estaleiros da Navalria em Aveiro.
- Aprovação do regulamento de utilização da frota automóvel.
- Aprovação da 1ª Auditoria Interna pela Consultora SCMA no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental.
- Assinatura de um protocolo com a Carristur com vista à criação de bilhete combinado no âmbito do Turismo.
- Empréstimo de 16,5 M€ – DGTF: Em face da precariedade da situação financeira da Transtejo, agravada, em parte, pela denúncia do Millennium BCP de uma linha de crédito de curto prazo no montante de 13M€, a Transtejo remeteu à Direção Geral do Tesouro e Finanças no final de maio, um plano de necessidades de tesouraria a curto prazo, solicitando o apoio financeiro direto do Acionista. Em consequência e tendo em vista evitar a eminente rutura de tesouraria da Transtejo, o Acionista autorizou o Conselho de Administração da Empresa a celebrar empréstimo de 16,5M€ junto da Direção geral do Tesouro e Finanças, conforme Deliberação Unânime por Escrito de 14 de junho de 2011.
- Revisão do Manual de Organização e Estrutura da Empresa.
- Abertura ao público do Novo Terminal do Terreiro do Paço em setembro de 2011.
- GALP Barreiro – Prorrogação do prazo de vigência dos contratos de fornecimento, face às vantagens de dispor de um ponto de abastecimento à frota da carreira do Barreiro dentro das instalações da Empresa.

- Deu-se início ao processo de avaliação de fornecedores do Grupo Transtejo.
- Aprovação do Relatório de Sustentabilidade 2010.
- Apoio a iniciativas na Semana Europeia da Mobilidade – SEM.
- Telemóveis de Serviço: Face à necessidade de redução de custos operacionais no SEE, foi revista a distribuição de telemóveis de serviço, assim como os seus plafonds.
- Empréstimo de 16,5 M€ da Direção Geral do Tesouro e Finanças – Ratificados contratos de empréstimo para reembolsar a DGTF.
- EDP Serviços, S.A. – Aprovada a proposta para Minigeração no modelo Energy Manager.
- Apresentado ao SEOPTC reformulação de proposta para Renovação Frota Cacilheiros e progressiva da restante Frota, que pressupõe a construção de 4 novos cacilheiros até 2015, com desenvolvimento de plano para mais 3 unidades até 2018.
- Proposta de abertura de procedimento para prestação de serviços de gestão técnica da frota da Soflusa. Terminando a sua vigência no ano em curso, aberto concurso limitado por Pré-Qualificação.
- Uniformização de procedimentos Transtejo – Soflusa, para o processamento de salários com a entrada em serviço da nova plataforma tecnológica.

## 14. Síntese de verificação do cumprimento das orientações legais

| Orientações legais | Cumprimento | | | Quantificação | Justificação |
|---|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | | |
| **Objectivos de Gestão:** | | | | | |
| Objetivo 1 | | | X | | |
| Objetivo 2 | | | X | | |
| Objetivo 3 | | | | | |
| **Gestão do Risco Financeiro** | X | | | | |
| **Evolução do PMP a fornecedores** | | X | | +21 dias relativamente a 2010 | Dificuldades de tesouraria |
| **Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")** | X | | | Dívidas vencidas (0-90 dias) = 5.744€ | |
| **Deveres Especiais de Informação** | X | | | | |
| **Recomendações do acionista na aprovação de contas:** | | | | | |
| Recomendação 1 | | | X | | Não ocorreu AG de 2010 |
| Recomendação 2 | | | X | | Não ocorreu AG de 2010 |
| **Remunerações:** | | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão | X | | | | |
| Órgãos sociais - red. remuneratória nos termos do *art.º 19º da Lei 55-A/2010* | X | | | Total redução CA+CF = 19.628 € | |
| Órgãos Sociais - red. 5% por aplicação *art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010* | X | | | Total redução CA = 7.611 € | |
| Auditor Externo - red. remuneratória nos termos do *art.º 22º da Lei 55-A/2010* | | | X | | Novo contrato p. serviços |
| Restantes trabalhadores - red. remuneratória nos termos do *art.º 19º da Lei 55-A/2010* | X | | | Total redução = 143.235 € | |
| **Contratação Pública** | | | | | |
| Normas de contratação pública | X | | | | |
| Normas de contratação pública pelas participadas | X | | | | |
| Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas | X | | | 32% | |
| **Limites de Crescimento do Endividamento** | | X | | Crescimento de 23% face a 2010 | |
| **Plano de Redução de Custos** | | | | | |
| Gastos com pessoal | | X | | Redução de 10% face a 2010 | |
| Fornecimentos e Serviços Externos | | X | | Redução de 8% face a 2010 | |
| **Princípio da Unidade de Tesouraria** | X | | | 59% de disponibilidades depositadas no IGCP | |

# IV – ATIVIDADE

## 1. Procura

Os indicadores de procura do ano foram reveladores de uma quebra substancial, de cerca de 3,7%.

De acordo com a informação recolhida com base no sistema de bilhética, as variações mais significativas registaram-se em períodos de menor fluxo de passageiros, o que igualmente se constata pela redução de venda de títulos relativos a viagens ocasionais, predominantes nesses períodos. Não é, todavia de ignorar a redução, embora menos relevante, das viagens casa-trabalho e casa-escola.

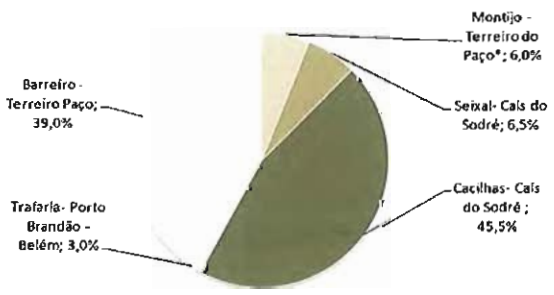
| Linhas Fluviais | 11/10 | | 2011 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | PT | PKT | PT | PKT | PT | PKT |
| Montijo - Terreiro do Paço* | -3,58% | -3,58% | 1.694.176 | 23.379.629 | 1.757.022 | 24.246.904 |
| Seixal- Cais do Sodré | -2,95% | -6,29% | 1.768.898 | 14.858.743 | 1.822.598 | 15.856.603 |
| Cacilhas- Cais do Sodré | -4,94% | -4,94% | 12.511.935 | 27.651.376 | 13.162.481 | 29.089.083 |
| Trafaria- Porto Brandão - Belém | -5,64% | -5,07% | 772.967 | 2.505.495 | 819.183 | 2.639.283 |
| Barreiro - Terreiro Paço | -2,15% | -2,15% | 10.733.799 | 107.337.990 | 10.970.085 | 109.700.851 |
| Resultado Total | -3,68% | -3,19% | 27.481.775 | 175.733.233 | 28.531.369 | 181.532.724 |

* Esta ligação encontra-se actualmente deslocada para o Cais do Sodré

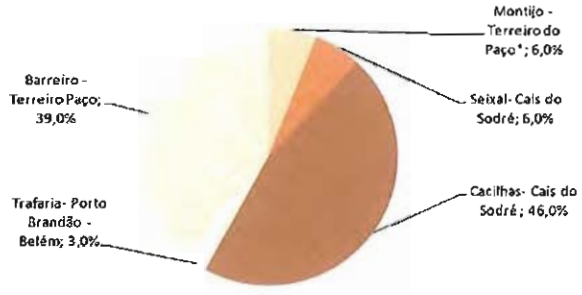
Numa ótica de análise da procura por linha, deve destacar-se a quebra na ligação de Cacilhas - Cais Sodré. Embora o quadro de redução esteja generalizado a todas as linhas, verifica-se que as ligações Seixal – Cais do Sodré e Barreiro – Terreiro do Paço são as que registam menores índices perda de passageiros.

Apesar de implementado e utilizado internamente o Sistema de Controlo de Acessos (Bilhética) nomeadamente na monitorização da procura, o Grupo Transtejo mantém o critério de cálculo dos passageiros transportados, aguardando a migração simultânea dos restantes operadores, após a aprovação de uma nova metodologia de repartição de receitas.

**Estrutura da Procura 2011**

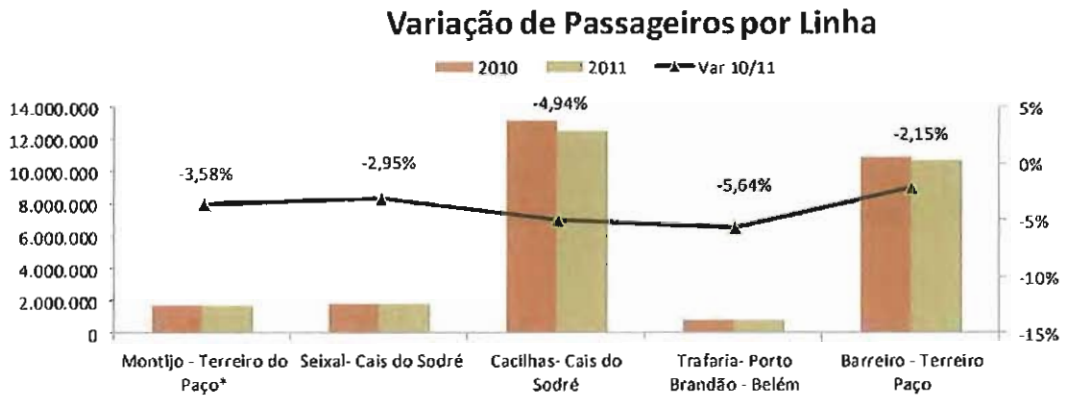



**Estrutura da Procura 2010**




*Esta ligação encontra-se desviada temporariamente para o Cais Sodré

O compromisso de assegurar um serviço público com critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental, suscitou a introdução ao longo do ano de diversos ajustes da oferta à procura existente. Nesse sentido e em síntese, em janeiro foram implementados novos horários para a ligação do Seixal- Cais do Sodré e foi assumido a partir desta data que a ligação teria como destino o Cais Sodré, em março foram realizados novos horários para o Barreiro, com pequenos ajustes operacionais; na altura do verão, como já tem sido habitual, foi reduzida a oferta no Barreiro e, pela primeira vez, realizou-se horário de verão na ligação da Trafaria, ligação com menor procura do grupo. Finalmente, em setembro foram adotados novos horários para a ligação do Montijo e da Trafaria.

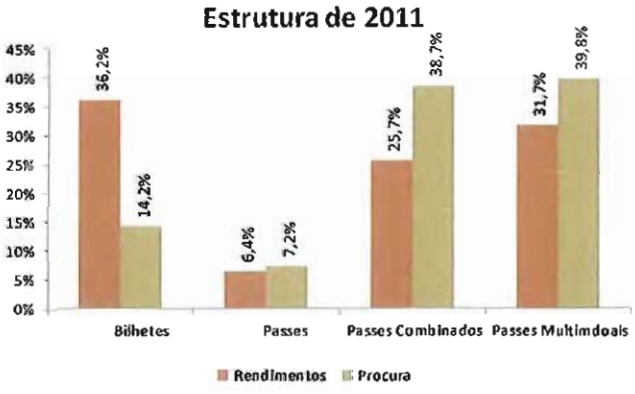



* Esta ligação encontra-se atualmente deslocada para o Cais do Sodré

O gráfico demonstra uma variação negativa da procura em todas as ligações fluviais, face ao registado em 2010.

**Estrutura de Títulos de Transporte (por Procura e Rendimentos)**

| Procura | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Titulos Próprios | 21,5% | 21,6% |
| Bilhetes | 14,2% | 14,8% |
| Passes | 7,2% | 6,8% |
| Passes Combinados | 38,7% | 37,2% |
| Passes Multimdoais | 39,8% | 41,1% |
| **Rendimentos** | **2011** | **2010** |
| Titulos Próprios | 42,6% | 42,8% |
| Bilhetes | 36,2% | 37,0% |
| Passes | 6,4% | 5,8% |
| Passes Combinados | 25,7% | 24,0% |
| Passes Multimdoais | 31,7% | 33,2% |




Conforme referido anteriormente, registou-se uma ligeira redução na procura de títulos ocasionais e nos correspondentes rendimentos obtidos. Facto também relevante é a continuação da perda de

relevância dos chamados passes intermodais, que não obstante assegurar uma maior mobilidade têm preços superiores aos passes combinados entre dois ou três operadores.

### Transporte de Veículos

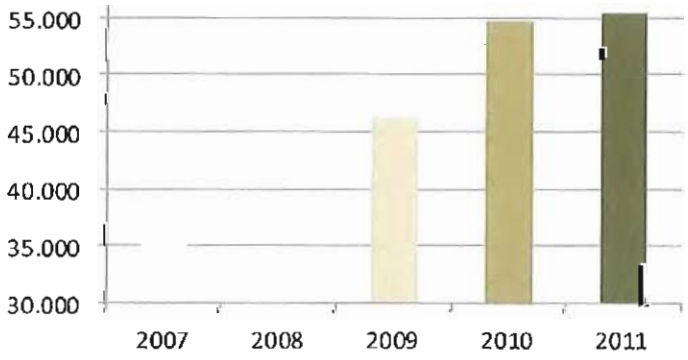
Neste segmento de oferta, destaca-se a entrada ao serviço, em Fevereiro e Abril de 2011, dos novos ferries, os catamarãs Lisbonense e Almadense.

Estas duas embarcações vieram substituir os dois vetustos ferries que a Empresa vinha utilizando no serviço e cujas antiguidades ultrapassam os 55 anos.

Manter operacional este tipo de frota é essencial para o transporte de veículos que não podem, por razões de segurança, atravessar as pontes sobre o rio Tejo, e também para os casos de emergência em que seja necessário atravessamento de veículos no rio e não seja possível fazê-lo por via rodoviária.

Não obstante isso, a prestação do serviço sofreu, ao longo da última década fortes constrangimentos decorrentes da deslocalização do terminal na margem norte, que em 2006, foi transferido do Cais do Sodré para Belém e do atraso na conclusão do prolongamento para os ferries do novo terminal do Cais do Sodré, que só ocorreu em 2009, ano em que se começou a verificar uma ligeira mas progressiva recuperação da procura.

**Quantidades de Veículos Transportados**

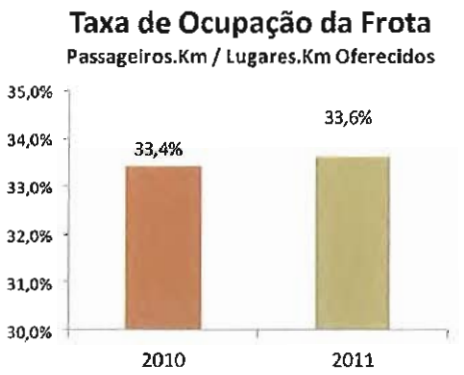



As novas embarcações, sendo mistas (veículos e passageiros) tal como as anteriores, possuem uma elevada capacidade de transporte de passageiros, 360, facto que permite a sua integração no modelo de oferta existente na carreira Cacilhas – Cais do Sodré.

Assinala-se finalmente o apoio da Empresa à utilização de meios suaves de mobilidade no apoio à promoção de eventos através do fornecimento de transporte e de parqueamento para bicicletas.

## 2. Oferta

Os ajustamentos introduzidos na oferta do serviço, particularmente nas carreiras do Montijo, Seixal e Trafaria tiveram, como era expectável, consequências ao nível dos indicadores da oferta os quais registaram uma redução generalizada.




| Linhas Fluviais | Var 11/10 | | | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Viagens | H. Serviço | LKO | Viagens | H. Serviço | LKO | Viagens | H. Serviço | LKO |
| Montijo - Terreiro do Paço* | -4,14% | -1,48% | 0,30% | 15.161 | 8.669 | 101.260.301 | 15.816 | 8.799 | 100.952.879 |
| Seixal- Cais do Sodré | -5,80% | -7,14% | -7,09% | 19.571 | 8.784 | 64.344.182 | 20.776 | 9.459 | 69.256.202 |
| Cacilhas- Cais do Sodré | -1,45% | -0,98% | -5,52% | 56.708 | 20.012 | 55.979.247 | 57.540 | 20.211 | 59.250.995 |
| Trafaria- Porto Brandão - Belém | -14,55% | -12,02% | -16,85% | 14.942 | 8.193 | 22.807.315 | 17.487 | 9.312 | 27.428.268 |
| Barreiro - Terreiro Paço | -3,00% | -3,00% | -2,99% | 46.369 | 15.456 | 278.214.000 | 47.803 | 15.934 | 286.784.010 |
| Resultado Total | -4,18% | -4,08% | -3,88% | 152.751 | 61.114 | 522.605.045 | 159.422 | 63.715 | 543.672.354 |

Associado ao caracter pendular da procura e às características da frota, a quebra da procura e o ajuste da oferta, resultaram numa taxa de ocupação muito semelhante à do ano anterior com uma pequena subida de cerca de 0,2%.

## 3. Frota

O Grupo dispõe de uma frota de 36 Navios, com idades compreendidas entre 1 e 57 anos. Refira-se que as embarcações mais recentes entradas ao serviço em 2011 se destinaram a substituir as de maior antiguidade, que progressivamente irão sendo retiradas da operação.

| CLASSES | Qt. | Lotação a bordo | Média Idade (anos) |
|---|---|---|---|
| Catamarãs | 9 | 600 *passageiros* | 7 |
| | 8 | 500 *passageiros* | 15 |
| | 2 | 291 *passageiros* | 9 |
| | 1 | 146 *passageiros* | 12 |
| Cacilheiros | 7 | 480 *passageiros* | 30 |
| Alemã | 3 | 280 *passageiros* | 55 |
| | | 280 *passageiros* | 55 |
| | | 297 *passageiros* | 51 |
| Ferries | 4 | 380 *passageiros* + 10 *veículos* | 54 |
| | | 351 *passageiros* + 30 *veículos* | 57 |
| | | 360 *passageiros* + 29 *veículos* | 1 |
| | | 360 passageiros + 29 veículos | 1 |
| Navios Convencionais | 2 | 1.000 *passageiros* | 19 |
| | | 1.000 *passageiros* | 19 |
| | 36 | | |

## 4. Atividades Acessórias

O conjunto de outras atividades desenvolvidas pela empresa em complementaridade com a sua atividade principal, contempla a exploração de publicidade, espaços comerciais e de estacionamento nos seus Terminais e o desenvolvimento da atividade de fretamento de embarcações e de Turismo através da realização de circuitos turísticos.

No seu conjunto estas atividades – cujo detalhe se apresenta no quadro seguinte – geraram rendimentos no montante de 1.155 mil euros, valor inferior, -9,6% face ao registado em 2010.

*Rendimentos de* *(milhares de €)*

| ATIVIDADES ACESSÓRIAS | 11/10 | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|---|
| **TERMINAIS** | | | | |
| TT Espaços Comerciais | -11,0% | 242 | 271 | 270 |
| TT Publicidade | -35,6% | 63 | 98 | 130 |
| TT Parques de Estacionamento | -1,3% | 82 | 83 | 82 |
| TT Outros | 5,1% | 55 | 52 | 56 |
| SL Espaços e Outros | -2,2% | 233 | 238 | 250 |
| **TRÁFEGO** | | | | |
| TT Fretamento de Navios | -25,1% | 143 | 191 | 200 |
| TT Turismo | -1,9% | 338 | 344 | 283 |
| **TOTAL** | **-9,6%** | **1.155** | **1.277** | **1.272** |

A redução, ainda que não muito relevante, abrange a generalidade das receitas e pode associar-se à conjuntura económica desfavorável, à qual este tipo de atividades é mais sensível.

Relativamente à principal atividade acessória, os circuitos turísticos, regista-se um aumento do número de turistas, por oposição a uma ligeira quebra de receita, consequência do estabelecimento de uma política de preços mais consentânea com a procura turística atual.

| 2011 | | | 2010 | | | 2009 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Clientes | Receita | Circuitos | Clientes | Receita | Circuitos | Clientes | Receita | Circuitos |
| 25.084 | 337.891 € | 214 | 24.161 | 344.345 € | 214 | 19.089 | 283.272 € | 214 |

# V – SEGURANÇA E AMBIENTE

## 1. Segurança e Ambiente

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área de Higiene Segurança e Ambiente foram:

- Elaboração dos Planos de Segurança dos edifícios;
- Processo de consulta para assessoria na resposta à emergência;
- Realização, em colaboração com os Bombeiros de Cacilhas, de um simulacro de incendio a bordo dum navio da Classe Cacilhense,na carreira Cais do Sodré/Cacilhas;
- Acompanhamento da obra do Terminal do Terreiro do Paço,, com o objetivo de garantir o cumprimento dos princípios de higiene e segurança.
- Receção da embarcação Almadense e respetiva vistoria do ponto de vista da higiene e segurança.
- Testes à qualidade da água para consumo humano;
- Quantificação do ruído ambiental associado a atividade da empresa;
- Realização da 1ª auditoria interna ao sistema de acordo com os procedimentos do SGA;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências registadas, nomeadamente, dos acidentes de trabalho e com passageiros e estudo e implementação de medidas para sua eliminação;
- Controlo de alcoolemia em situações de incidentes nas embarcações;
- Gestão do controlo sistemático de alcoolemia;
- Controlo e Manutenção do Material e equipamentos de segurança;
- Gestão do sistema de segurança ativa;
- Gestão e manutenção do sistema de vídeo vigilância;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Contabilidade energética das embarcações;
- Atualização do Plano de Emergência Interno para navios e terminais;
- Adição da componente ambiental ao Manual de Riscos da Função;
- Formação dos colaboradores nas áreas de ambiente, primeiros socorros, evacuação de emergência e combate a incêndios, movimentação manual de cargas;
- Implementação do sistema de Gestão Ambiental.

## 2. Sinistralidade

O registo de ocorrências encontra-se resumido no seguinte quadro:

| OCORRÊNCIAS TT/SL | 11/10 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Emergências | - | 2 | 2 | 2 | 5 | 7 |
| Acidentes de Trabalho | 31,80% | 58 | 44 | 28 | 36 | 47 |
| Acidentes com Passageiros | 50,00% | 57 | 38 | 53 | 52 | 62 |
| Acidentes Criminais | -30,00% | 49 | 70 | 58 | 30 | 52 |
| Outros | 14,30% | 112 | 98 | 73 | 79 | 79 |

Os aspetos mais relevantes a assinalar por tipo de ocorrência, são:

**Emergências.**

Tem-se verificado uma redução gradual do número de ocorrências e a sua permanência em valores baixos;

**Acidentes de Trabalho.**

De 2010 para 2011, registou-se um aumento de 14 acidentes. Parte significativa deste aumento ficou a dever-se a acidentes *in-itinere*.

**Acidentes com Passageiros.**

Relativamente a 2010, verificou-se um aumento de acidentes, devido a problemas relacionados com o piso dos ferries antigos e na zona dos portalós dos ferries novos, que entretanto foram resolvidos;

**Acidentes Criminais.**

Verificou uma redução em relação ao ano de 2010, que se pode atribuir ao pelo pleno funcionamento do sistema de CCTV.

**Outras.**

O ligeiro aumento em relação a 2010, decorre do acréscimo de pequenas colisões das embarcações. Nas restantes tipificações houve uma redução ou manutenção dos anteriores valores. Boa parte das ocorrências deste tipo, são situações que não decorrem de incumprimento de procedimentos de exploração da Empresa ou dos seus trabalhadores. Nesta circunstância, as ações desenvolvidas vão no sentido de procurar minimizar as suas consequências, atuando à *posteriori*.

# VI – RECURSOS HUMANOS

O efetivo médio, em 2011, foi de 519 colaboradores, registando-se, assim, um decréscimo, de 2,26%, quando comparado com 2010.

| TRANSTEJO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Efetivo Médio | -3,02% | 353 | 364 | 362 |
| Horas de Formação | -52,03% | 2.657 | 5.539 | 7.083 |

| SOFLUSA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Efetivo Médio | -0,60% | 166 | 167 | 166 |
| Horas de Formação | -8,80% | 808 | 886 | 3.914 |

| GRUPO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Efetivo Médio | -2,26% | 519 | 531 | 528 |
| Horas de Formação | -45,90% | 3.465 | 6.405 | 10.997 |

Constituiu, uma vez mais, objetivo estratégico do Grupo, a qualificação dos colaboradores, a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a eficácia dos resultados obtidos.

O Plano de Formação para 2011 foi estruturado com o objetivo de dar resposta às vertentes técnica, comportamental e organizacional, nas áreas como: saúde, higiene e segurança no trabalho; ambiente, sistema de avaliação do desempenho; atendimento ao cliente e bilhética.

No entanto, devido à necessidade de redução de custos com pessoal, o esforço na redução do trabalho extraordinário teve implicações ao nível da formação. Isto porque, o pessoal da área marítima tem menos disponibilidade de ser desafetado da escala, a fim de frequentar ações de formação. Era prática o recurso ao trabalho extraordinário para dar cumprimento ao plano de formação. Assim em 2011 realizaram-se menos 52 ações de formação que em 2010, tendo o nível de participantes baixado de 102 para 54.

Em termos globais, verificou-se, em 2011, uma redução nas horas de ausência ao serviço, na ordem dos 3,5%., tendo a taxa de absentismo do Grupo ficado ao nível dos 7,74%. Para tal, contribuiu o

decréscimo nas ausências por doença (15,72%), acompanhado por uma diminuição, em cerca de 6,5%, nas horas de ausência motivadas pela sinistralidade laboral.




Dando cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2011, não se verificou atualização na Tabela Salarial, nem houve lugar a qualquer valorização remuneratória. Com base no mesmo diploma, procedeu-se à redução das remunerações superiores a 1.500,00€ (mil e quinhentos euros). Foi ainda aplicado à empresa, o regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, relativamente ao pagamento de ajudas de custo, de trabalho suplementar e de trabalho noturno.

Decorrente da Lei N.º 49/2011 de 07 de setembro, foi aplicada uma sobretaxa extraordinária ao subsídio de natal.

| TRANSTEJO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Custos com o Pessoal (milhares €) | -11,0% | 8.494 | 9.546 | 9.478 |
| Massa Salarial (milhares €) | -10,2% | 6.637 | 7.393 | 7.291 |
| Horas Trabalhadas | -4% | 598.590 | 623.648 | 630.885 |
| Taxa de Absentismo | 1,93% | 7,35% | 7,77% | 7,18% |

| SOFLUSA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Custos com o Pessoal (milhares €) | -7,1% | 4.224 | 4.545 | 4.565 |
| Massa Salarial (milhares €) | -9,2% | 3.214 | 3.538 | 3.518 |
| Horas Trabalhadas | -3,03% | 285.645 | 294.579 | 291.910 |
| Taxa de Absentismo | -10,90% | 7,35% | 8,25% | 7,91% |

| GRUPO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Indicadores de RH** | **11/10** | **2011** | **2010** | **2009** |
| Custos com o Pessoal (milhares €) | -9,7% | 12.718 | 14.091 | 14.043 |
| Massa Salarial (milhares €) | -9,9% | 9.851 | 10.931 | 10.809 |
| Horas Trabalhadas | -3,70% | 884.235 | 918.227 | 922.795 |

# VII – INVESTIMENTO

O Investimento no ano ascendeu a, aproximadamente, 3,4 Milhões de euros.

| | (milhares de €) |
|---|---|
| **PROJECTOS DE INVESTIMENTO / 2011** | **DESPESA** |
| **Aquisição de Navios** *(Ferries)* | **2.429,0** |
| **Aquisição de Navios** *(Cacilheiros)* | **14,0** |
| **Beneficiação de Navios** *(Remotorização)* | **457,4** |
| *Jorge de Sena* | *260,1* |
| *Antero de Quental* | *149,5* |
| *Pedro nunes* | *47,8* |
| **Aquisição** *Pontão K* | **299,3** |
| **Beneficiação de Pontões** - *Monte Estoril* | **67,8** |
| **Investimentos Correntes** | **109,3** |
| *Informática e Sistemas de Informação* | 7,4 |
| *Sistema bilhética / controlo acessos* | 80,8 |
| *Equipamentos Administrativos* | 4,3 |
| *Outros Investimentos Correntes* | 16,9 |
| TOTAL | **3.376,9** |

Os projetos de investimento mais relevantes foram:

- Aquisição de novos ferries:

  Conclusão do projeto de construção de dois novos ferries, o último dos quais recebido em Fevereiro de 2011. Globalmente, a despesa de investimento deste projeto, iniciado em 2008 ascendeu a 14,4 milhões de euros, dos quais 2,4 milhões de euros no exercício.

- Aquisição do pontão K:

  Por permuta com a Câmara Municipal do Montijo e a Administração do Porto de Lisboa, o pontão K, instalado em Cacilhas, foi transferido para o património da Transtejo. O investimento não envolveu a realização de qualquer despesa.

- Beneficiação do pontão Monte Estoril:

  Embora no Programa de Investimentos para 2012 se encontrasse prevista a aquisição de um novo pontão, a escassez de recursos financeiros e a expetativa de alguma redução na atividade levou a Empresa a optar por proceder a uma intervenção profunda neste pontão, que se

encontrava inoperacional. A despesa de investimento foi comparticipada na íntegra pelo PIDDAC.

- Sistema de bilhética – Controlo de acessos:

  Houve necessidade, no exercício, de proceder a *upgrades* no sistema de bilhética, decorrentes de alterações introduzidas no sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa, com implicações relevantes ao nível do *software* instalado

- Beneficiação de navios (Remotorização):

  Recondicionamento dos motores principais em 3 catamarãs da subsidiária Soflusa - Jorge de Sena, Antero de Quental e Pedro Nunes - de acordo com o que foi programado na ocasião da componentização dos navios

Para apoio financeiro ao investimento, a Empresa recebeu do PIDDAC as comparticipações abaixo referidas. Assinala-se que, parte do valor recebido, 500 mil euros, se destinou à prestação anual prevista no protocolo Metro/Transtejo referente ao terminal do Cais do Sodré.

*(Milhares de €)*

| COMPARTICIPAÇÕES / PIDDAC | 2011 |
|---|---|
| PIDDAC | 618 |

As situações de desinvestimento mais relevantes registadas no exercício referiram-se à cedência da estação velha do Montijo, no âmbito da troca com o pontão K referida acima e à restituição da estação de Cacilhas II no final do prazo do contrato de arrendamento do espaço para fins não habitacionais.

# VIII – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

## 1. Gestão do Financiamento

A evolução da prestação económica do grupo tem sido fortemente afetada por fatores externos extremamente penalizadores, particularmente no que se refere ao preço do petróleo e as taxas de juro.

Tais fatos têm vindo a contribuir fortemente para agravar o desajustamento estrutural entre os custos de produção para assegurar a oferta atual e os rendimentos dela decorrentes, acentuando, por um lado, o agravamento dos capitais próprios e, por outro, o aumento do nível de endividamento.

Neste contexto e em cumprimento do despacho nº 101/09 – SETF, apresenta-se a evolução da taxa média anual de financiamento indicando-se no quadro constante na página seguinte as medidas adotadas na Gestão de Risco Financeiro associadas aos financiamentos contratados.

### Empréstimos

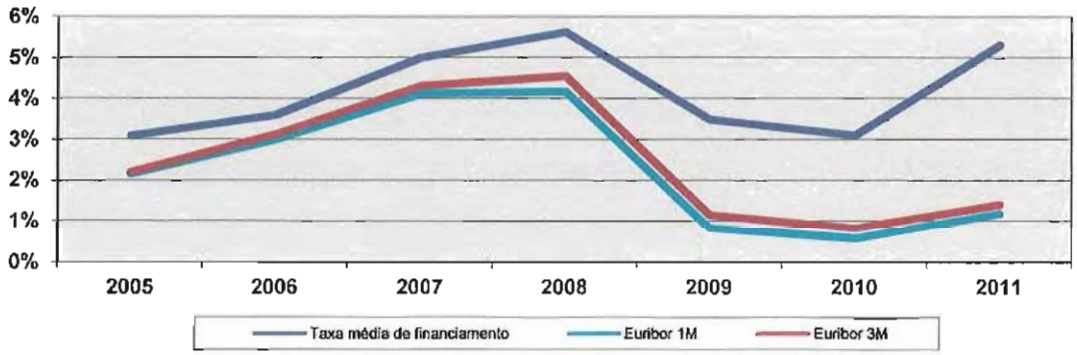
Curto Prazo

Goradas, por inexistência do aval do Estado à operação as negociações ocorridas em 2010 para um financiamento de 60 milhões de euros destinados à consolidação da dívida de curto prazo, o aumento do endividamento tem ocorrido exclusivamente através de linhas de curto prazo, contas correntes caucionadas e descobertos bancários.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram a evolução do custo do financiamento dos últimos 5 anos. Assinala-se o significativo agravamento, superior a 70%, da taxa de juro média de 2011, face a 2010.

*(milhares de €)*

| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|
| Juros TT | 3.792 | 1.389 | 977 | 1.011 | 490 |
| Juros SL | 920 | 535 | 576 | 879 | 578 |
| Avales | - | - | - | - | - |
| | **4.712** | **1.925** | **1.553** | **1.890** | **1.069** |
| **Endividamento** | **88.629** | **61.798** | **44.437** | **33.592** | **21.357** |
| **Taxa média de financiamento** | **5,32%** | **3,11%** | **3,49%** | **5,63%** | **5,00%** |
| Taxa média (Fins do mês/12) | | | | | |
| *Euribor 1M* | *1,19%* | *0,57%* | *0,82%* | *4,17%* | *4,12%* |
| *Euribor 3M* | *1,41%* | *0,82%* | *1,15%* | *4,55%* | *4,31%* |




Médio e Longo Prazo

A dívida de médio e longo prazo da Transtejo é representada por um único financiamento, sob a forma de empréstimo obrigacionista, contratado em 2007 com o Depfa Bank Plc, no montante de 55 milhões de euros. As obrigações ao abrigo deste empréstimo foram emitidas em 1 de fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread a 2 pontos base anuais. O reembolso das obrigações será efetuado integralmente na data de vencimento, 1 de fevereiro de 2017.

## 2. Gestão do Risco Financeiro

A Empresa tem contratados dois *swaps* para cobertura de risco de taxas de juro do empréstimo de médio/longo prazo referido no ponto anterior.

| Instituição Financeira | Tipo de Operação | Data de Contratação | Data de Início | Data de Vencimento | Taxa Fixa | Valor | Valor de Liquidação a 31.12.2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BPI | (I) Swap de Taxa de Juro | 19-07-2007 | 01-08-2007 | 01-02-2017 | 4,768% | 27.500.000 € | -4.491.055 € |
| Barclays | (II) Interest Rate Collar | 02-04-2009 | 06-04-2009 | 01-02-2013 | Transtejo paga E6M com limites (2,75% ; 3,75%) | 27.500.000 € | -524.103 € |

Destas operações resultou:

- Na primeira semestralidade um impacto negativo nos encargos financeiros de 730.830 Euros.
- Na segunda semestralidade um impacto negativo nos encargos financeiros de 678.046 Euros

A cobertura de risco da taxa de juro deste financiamento encontra-se totalmente assegurada até Fevereiro de 2013.

## 3. Modelo de Financiamento

A Empresa viveu durante 2011 um período de acentuada dificuldade de acesso ao financiamento, consequência da difícil situação macroeconómica atual, particularmente na Zona Euro.

Diretamente associado a este quadro veio juntar-se o agravamento do *all-in-cost* dos financiamentos particularmente sentido ao nível dos *spreads* e das comissões.

Ao longo do exercício o Grupo recorreu a financiamentos intercalares de curto prazo, destinado a satisfazer as necessidades de tesouraria decorrentes da parte não subsidiada do investimento e o défice estrutural da atividade, este ano agravado pelo relevante incremento do preço do petróleo.

*(milhares de €)*

| ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Médio e Longo Prazo | 55.000 | 55.000 |
| Curto Prazo | 88.629 | 61.798 |

Embora o acréscimo do endividamento expresso no quadro anterior seja de 23%, deve considerar-se que no final do exercício, o Grupo dispunha de disponibilidades no montante de 12.161 milhares de Euros, na sua quase totalidade decorrentes da atribuição, no final de dezembro, das indemnizações compensatórias de 2011, montante que a Empresa manteve no IGCP, tendo em vista o financiamento de atividade nos primeiros 5 meses de 2012.

Deste modo, a 31 de dezembro de 2011, o acréscimo do endividamento corrigido do valor das disponibilidades aquela data, seria de 12,5%.

*(Milhares de €)*

| ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| Indemnizações Compensatórias(*) | 11.264 | 11.784 | 11.784 |
| PIDDAC | 618 | 1.600 | 5.088 |

*(*) Valores com IVA inc.*

A Empresa reconhece a necessidade de se adotarem medidas estruturais urgentes no sentido de travar o constante agravamento do endividamento, decorrente de défices de exploração crónicos, não obstante o emagrecimento dos custos diretamente controláveis pela Empresa e o incremento das receitas provenientes dos aumentos de tarifário.

## 4. Demonstração da Posição Financeira

*(milhares de €)*

| DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Ativo | 90.477 | 83.408 |
| Ativo não Corrente | 72.466 | 76.466 |
| Ativo Corrente | 18.011 | 6.942 |
| Capital Próprio e Passivo | 90.477 | 83.408 |
| Capital Próprio | -130.415 | -109.074 |
| Passivo não Corrente | 113.325 | 116.217 |
| Passivo Corrente | 107.567 | 76.265 |

A demonstração da posição financeira, tem como aspetos mais relevantes:

- A variação no ativo corrente, originada pela já referida atribuição das indemnizações compensatórias no final do exercício.
- O aumento do valor dos capitais próprios negativos, resultante da acumulação do prejuízo do exercício.
- O acréscimo do passivo corrente em consequência dos aumentos das dívidas a terceiros (bancos e fornecedores).

## 5. Demonstração do Rendimento Integral

As três naturezas de resultados apresentam evolução negativa face ao ano anterior.

*(milhares de €)*

| EVOLUÇÃO DE RESULTADOS | 11/10 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Resultado Operacional | 65,2% | -13.035 | -7.890 |
| Resultado Financeiro | 67,9% | -7.739 | -4.609 |
| Resultado Líquido | 66,2% | -20.786 | -12.509 |

Esta deterioração dos resultados, resulta fundamentalmente de fatores exógenos à atividade ou ao controlo da gestão, como adiante se explicitará.

## Rendimentos

*(milhares de €)*

| | 11/10 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| **RENDIMENTOS (Total)** | **-7,2%** | **31.059** | **33.463** |
| Serviços Prestados | 5,5% | 14.744 | 13.970 |
| Subsídios à Exploração | -3,1% | 11.211 | 11.566 |
| Reversões | -55,7% | 167 | 376 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | -34,5% | 4.887 | 7.460 |
| Rendimentos Financeiros | -44,3% | 50 | 91 |

Embora globalmente os rendimentos tenham sofrido um decréscimo de 7,2% face a 2010, deve assinalar-se o crescimento de 5,5% registado nos rendimentos diretos da atividade, consequência das atualizações tarifárias ocorridas no exercício e já anteriormente referidas. Contrariamente, os subsídios à exploração sofreram uma redução de 3,1%.

Quanto à redução registada em outros rendimentos e ganhos, a mesma está relacionada com a consideração em 2010 de um rendimento extraordinário irrepetível, resultante da aplicação de duas penalidades contratuais ao estaleiro que construiu os novos ferries, no montante de 2,8 milhões de euros.

## Gastos

*(milhares de €)*

| | 11/10 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| **GASTOS (Total)** | **12,8%** | **51.845** | **45.972** |
| Custo das Matérias Consumidas | 32,4% | 11.037 | 8.338 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | -7,8% | 9.918 | 10.758 |
| Gastos com Pessoal | -9,7% | 12.718 | 14.091 |
| Gastos de Depreciação e Amortização | 11,2% | 7.739 | 6.957 |
| Imparidades e Provisões | 19,5% | 900 | 753 |
| Outros Gastos e Perdas | 374,6% | 1.732 | 365 |
| Gastos Financeiros | 65,7% | 7.789 | 4.700 |

Na sua globalidade, os gastos sofreram um acréscimo de 12,8%.

Deve, porém, assinalar-se que as naturezas de gastos sobre as quais a Empresa tem condições para exercer controlo – fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal – registam ambas reduções face a 2010, de 7,8% e 9,7% respetivamente.

Pela sua relevância, destacam-se os agravamentos verificados em custo das mercadorias consumidas, gastos financeiros e outros gastos e perdas as quais são justificadas pelos seguintes fatores:

- CMVMC:

  A rubrica que mais contribuiu para o agravamento registado foi a de gastos com combustível, conforme se pode observar no quadro seguinte

| | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| | 9.515.715,00 € | 7.482.819,00 € | 5.747.029,00 € |
| | 13.398.019 L | 13.718.354 L | 13.600.852 L |
| *(média)* | 0,71 €\L | 0,55 €\L | 0,42 €\L |

  A análise a este quadro revela que, não obstante uma redução do volume de gasóleo consumido, o gasto suportado aumentou significativamente, em razão da subida do preço médio/litro em cerca de 30% face a 2010 e em cerca de 70% se comparado com 2009.

- Gastos Financeiros:

  Pelo efeito, já explicado em capítulo anterior, do acréscimo do endividamento e da subida das despesas de financiamento (taxas de juro e comissões).

- Outros gastos e perdas:

  Pela reposição de uma parte das penalidades aplicadas em 2010 a um estaleiro, em cumprimento de sentença do Tribunal Arbitral.

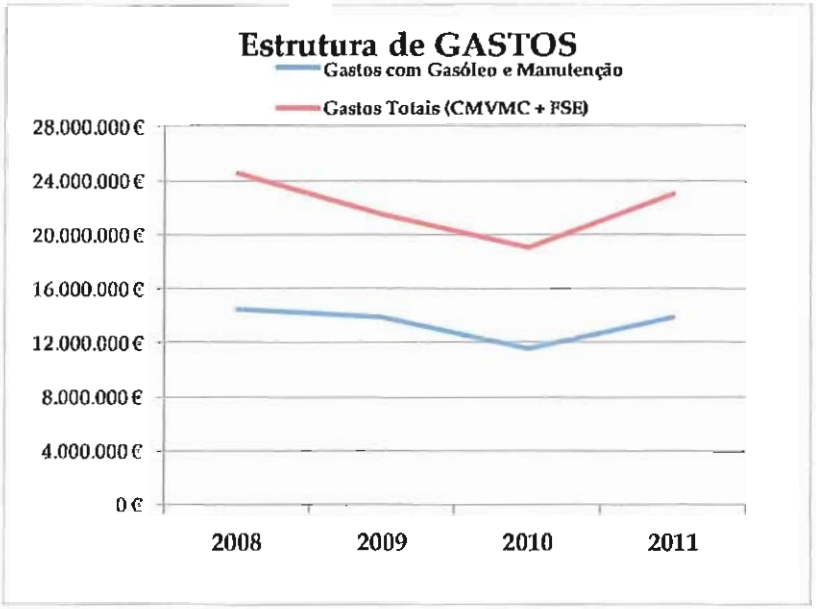
Relativamente aos FSE's, continua a merecer referência a importância das rubricas abaixo referidas, cujo peso representa quase ¾ desta natureza de gastos.

*(milhares de €)*

| FSE | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| Conservação e Reparação *(Frota)* | 4.456 | 4.095 | 8.112 |
| Seguros | 1.477 | 1.500 | 1.508 |
| Limpeza e Vigilância e Segurança | 1.401 | 1.442 | 1.429 |

Reforça-se a ideia já veiculada em relatórios anteriores, que a adoção de medidas de emagrecimento que incidam sobre este relevante conjunto de gastos, só poderá ser assumida num contexto de alteração significativa do nível da qualidade e da regularidade da oferta.

Quanto aos custos com o pessoal, a redução que se regista decorreu da aplicação das normas de redução remuneratória e da redução do trabalho extraordinário tal como referido em capítulo próprio.



O grau de cobertura dos gastos por rendimentos, com a exclusão das IC's voltou a registar um agravamento, após a melhoria que, por fatores exógenos já explicitados, se verificara em 2010.

*(milhares de €)*

| GRAU DE COBERTURA | 11/10 | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| *(Rendimentos Operacionais sem IC's / Gastos Operacionais)* | 8 p.p. | 46,3% | 53,9% |
| *(Rendimentos Totais sem IC's / Gastos Totais)* | 9 p.p. | 39,4% | 48,6% |

Após um exercício, o de 2010, marcado por uma evolução favorável dos indicadores, verifica-se em 2011 uma ligeira melhoria no que respeita ao indicador de liquidez, fruto do nível das disponibilidades, tendo o EBITDA retomado os valores de 2009.

| INDICADORES FINANCEIROS | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|---|---|---|
| Liquidez Geral *(Activo Corrente / Passivo Corrente)* | 0,17 | 0,09 | 0,12 |
| Cash-Flow *(milhares de €)* | -16.823 | -8.966 | -13.712 |
| EBITDA *(milhares de €)* | -9.072 | -4.347 | -9.039 |

# IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

## Perspetivas Futuras

O Conselho de Administração procurará em 2012:

- Continuar o reforço das medidas de consolidação da gestão de atividade das duas empresas do Grupo - Transtejo e Soflusa – numa única estrutura organizacional, no sentido de preparar a operação de fusão prevista na Lei do OE/2011 e no Plano Estratégico de Transportes;
- Adequar a reestruturação da atividade de manutenção ao processo de reestruturação do sector dos transportes;
- Retomar o procedimento concursal com vista ao processo de renovação da frota, após acordo da Tutela;
- Dar cumprimento às medidas de contenção previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento;
- Monitorizar o nível de procura, na sequência da redução da oferta efetuada, de forma a acautelar eventuais riscos de rutura e sem prejudicar objetivo de equilíbrio operacional;
- Manter o acompanhamento da qualidade dos rebatimentos, como contributo na melhoria do transporte público, nomeadamente através de medidas que reforcem a articulação intermodal com outros operadores;
- Implementar medidas de articulação corrente com a AMTL;
- Manter padrões de segurança e qualidade, incentivando as boas praticas de navegação e as melhorias do atendimento ao cliente;
- Apostar na formação interna e na avaliação do desempenho, como forma de aumentar a produtividade;
- Consolidar o sistema de Comunicação Interna, nomeadamente no aprofundamento da política de sustentabilidade do Grupo;
- Consolidar a implementação do SGA e efetuar a sua revisão.

## Notas Finais

O Conselho de Administração considera relevante referir que o Relatório de Gestão e as Contas de 2010 ainda não se encontram aprovadas pelo Acionista, devido ao facto de existirem reservas por parte do Acionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré. Ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas diligências no sentido de corrigir os termos do protocolo celebrado em 1 de Setembro de 2009, encontrando-se este trabalho em fase de conclusão.

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia-Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

## Agradecimentos

O Conselho de Administração ficou reduzido a dois membros, após a renúncia em 1 de fevereiro de 2011, da Senhora Dra. Maria Elisa Saloio, que foi exercer cargo semelhante no Conselho de Administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. O valioso trabalho e o interesse e competência com que desempenhou as suas funções merecem uma palavra de reconhecimento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deseja manifestar igualmente o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pela colaboração prestada à empresa no desenvolvimento da sua atividade, à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade revelada, bem como a todos os que no interior da organização se empenharam na prossecução dos objetivos alcançados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

*Índice das demonstrações financeiras consolidadas*

*Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2011 e 2010* ..... 3

*Demonstrações consolidadas do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010* ..... 4

*Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010* ..... 5

*Demonstrações consolidadas de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010* ..... 6

*Anexo às demonstrações financeiras consolidadas* ..... 7

1 Informação geral ..... 7
2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público ..... 8
3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras ..... 9
4 Principais políticas contabilísticas ..... 10
5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros ..... 23
6 Principais estimativas e julgamentos apresentados ..... 26
7 Segmentos operacionais ..... 28
8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação ..... 28
9 Ativos fixos tangíveis ..... 29
10 Ativos intangíveis ..... 34
11 Interesses em empreendimentos conjuntos ..... 35
12 Ativos e passivos financeiros por categoria ..... 36
13 Outros ativos financeiros ..... 38
14 Inventários ..... 39
15 Clientes ..... 40
16 Imposto sobre o rendimento corrente ..... 42
17 Outras contas a receber ..... 44
18 Outros ativos correntes ..... 48
19 Caixa e equivalentes de caixa ..... 49
20 Capital ..... 50
21 Outras reservas e resultados transitados ..... 51
22 Provisões ..... 52
23 Financiamentos Obtidos ..... 54
24 Instrumentos financeiros derivados ..... 56
25 Outras contas a pagar não correntes ..... 58

| | | |
|---|---|---|
| 26 | Outros passivos não correntes | 58 |
| 27 | Fornecedores | 60 |
| 28 | Outras contas a pagar corrente | 61 |
| 29 | Outros passivos correntes | 62 |
| 30 | Vendas e serviços prestados | 63 |
| 31 | Subsídios à exploração | 64 |
| 32 | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 65 |
| 33 | Fornecimentos e serviços externos | 67 |
| 34 | Gastos com pessoal | 68 |
| 35 | Outros rendimentos e ganhos | 69 |
| 36 | Outros gastos e perdas | 70 |
| 37 | Gastos/reversões de depreciação e amortização | 70 |
| 38 | Gastos e rendimentos financeiros | 71 |
| 39 | Dividendos por ação | 71 |
| 40 | Contingências | 72 |
| 41 | Partes relacionadas | 72 |
| 42 | Informação por segmentos | 75 |
| 43 | Eventos subsequentes | 75 |

# Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| ATIVO | Notas | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|---|---|---|
| **ATIVOS NÃO CORRENTES:** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 9 | 72.114.682,38 | 75.954.313,11 |
| Ativos intangíveis | 10 | 303.971,57 | 501.257,01 |
| Interesses em empreendimentos conjuntos | 11 | 47.118,86 | 9.975,96 |
| Outros ativos financeiros | 13 | 531,96 | 531,96 |
| Total do Ativo não corrente | | **72.466.304,77** | **76.466.078,04** |
| **ATIVOS CORRENTES:** | | | |
| Inventários | 14 | 1.556.320,52 | 1.157.002,20 |
| Clientes | 15 | 487.289,44 | 428.263,31 |
| Imposto sobre o rendimento corrente | 16 | 43.911,25 | 45.500,80 |
| Outras contas a receber | 17 | 3.160.243,63 | 4.184.571,69 |
| Outros ativos correntes | 18 | 601.379,56 | 768.633,24 |
| Caixa e depósitos bancários | 19 | 12.161.479,08 | 358.407,26 |
| Total do Ativo corrente | | **18.010.623,48** | **6.942.378,50** |
| **Total do ativo** | | **90.476.928,25** | **83.408.456,54** |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| **CAPITAL PRÓPRIO:** | | | |
| Capital | 20 | 53.000.000,00 | 53.000.000,00 |
| Reservas de cobertura | 21 | (4.561.866,30) | (4.006.521,55) |
| Resultados transitados | 21 | (158.067.194,59) | (145.557.935,04) |
| Resultado consolidado líquido do exercício | | (20.786.247,83) | (12.509.259,55) |
| Total do capital próprio | | **(130.415.308,72)** | **(109.073.716,14)** |
| **PASSIVO:** | | | |
| **PASSIVO NÃO CORRENTE:** | | | |
| Provisões | 22 | 1.495.939,03 | 923.332,25 |
| Financiamentos obtidos | 23 | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 |
| Instrumentos financeiros derivados | 24 | 4.561.866,30 | 4.006.521,55 |
| Outras contas a pagar | 25 e 28 | 12.002.601,63 | 12.502.601,63 |
| Outros passivos não correntes | 26 | 40.265.013,30 | 43.784.261,57 |
| Total do Passivo não corrente | | **113.325.420,26** | **116.216.717,00** |
| **PASSIVO CORRENTE:** | | | |
| Financiamentos obtidos | 23 | 89.891.966,12 | 62.356.616,50 |
| Fornecedores | 27 | 3.938.593,78 | 3.775.952,21 |
| Imposto sobre o rendimento corrente | 16 | 11.938,40 | 10.161,21 |
| Outras contas a pagar | 28 | 7.400.814,82 | 3.688.970,99 |
| Outros passivos correntes | 29 | 6.323.503,59 | 6.433.754,77 |
| Total do passivo corrente | | **107.566.816,71** | **76.265.455,68** |
| **Total do passivo** | | **220.892.236,97** | **192.482.172,68** |
| **Total do Capital Próprio e do Passivo** | | **90.476.928,25** | **83.408.456,54** |

As notas das páginas 7 a 75 constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas existentes supra.

# Demonstrações consolidadas do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Vendas e serviços prestados | 30 | 14.743.832,61 | 13.970.014,86 |
| Subsídios à exploração | 31 | 11.211.128,31 | 11.565.581,51 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 32 | (11.036.936,56) | (8.338.143,29) |
| Fornecimentos e serviços externos | 33 | (9.917.914,96) | (10.758.357,00) |
| Gastos com o pessoal | 34 | (12.717.676,59) | (14.090.722,79) |
| Imparidade de inventários (perdas / reversões) | 14 | - | (240.875,68) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | 17 | (132.444,60) | (124.926,38) |
| Provisões (aumentos / reduções) | 21 | (600.606,50) | (10.634,84) |
| Outros rendimentos e ganhos | 35 | 1.110.985,83 | 4.046.282,87 |
| Outros gastos e perdas | 36 | (1.732.267,01) | (364.960,44) |
| **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** | | (9.071.899,47) | (4.346.741,18) |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | 37 | (3.963.451,58) | (3.543.066,93) |
| **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)** | | (13.035.351,05) | (7.889.808,11) |
| Juros e gastos similares suportados | 38 | (7.789.426,86) | (4.699.869,30) |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 38 | 50.468,48 | 90.599,07 |
| **Resultado antes de impostos** | | (20.774.309,43) | (12.499.098,34) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 16 | (11.938,40) | (10.161,21) |
| **Resultado líquido do exercício** | | (20.786.247,83) | (12.509.259,55) |
| Outros rendimentos do exercício | | | |
| Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura | 21 | (555.344,75) | (550.085,20) |
| **Total do rendimento integral do exercício** | | (21.341.592,58) | (13.059.344,75) |
| Resultado líquido do exercício atribuível a: | | | |
| Detentores do capital da empresa-mãe | | | |
| Total | | (20.786.247,83) | (12.509.259,55) |
| Resultado por acção básico | | (1,96) | (1,18) |
| Rendimento integral do exercício atribuível a: | | | |
| Detentores do capital da empresa-mãe | | | |
| Total | | (21.341.592,58) | (13.059.344,75) |
| Resultado por acção básico | | (2,01) | (1,23) |

As notas das páginas 7 a 75 constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas existentes supra.

# Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | Capital Social | Reserva de cobertura | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1 de janeiro de 2010 (IFRS)** | 20 e 21 | **53.000.000,00** | **(3.456.436,35)** | **(128.697.759,17)** | **(16.988.185,67)** | **(96.142.381,19)** |
| Aplicação do resultado consolidado de 2009: | | | | | | |
| Transferência para resultados transitados | | - | - | (16.988.185,67) | 16.988.185,67 | - |
| Outras variações | | - | - | 128.009,80 | - | 128.009,80 |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | (550.085,20) | - | (12.509.259,55) | (13.059.344,75) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2010 (IFRS)** | | **53.000.000,00** | **(4.006.521,55)** | **(145.557.935,04)** | **(12.509.259,55)** | **(109.073.716,14)** |
| **Saldo em 1 de janeiro de 2011 (IFRS)** | | **53.000.000,00** | **(4.006.521,55)** | **(145.557.935,04)** | **(12.509.259,55)** | **(109.073.716,14)** |
| Aplicação do resultado consolidado de 2010: | | | | | | |
| Transferência para resultados transitados | | - | - | (12.509.259,55) | 12.509.259,55 | - |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | (555.344,75) | - | (20.786.247,83) | (21.341.592,58) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2011 (IFRS)** | | **53.000.000,00** | **(4.561.866,30)** | **(158.067.194,59)** | **(20.786.247,83)** | **(130.415.308,72)** |

As notas das páginas 7 a 75 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

# Demonstrações consolidadas de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

| | Notas | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de Clientes | | 20.216.847,05 | 19.468.244,46 |
| Pagamentos a Fornecedores | | (24.753.702,31) | (24.269.725,90) |
| Pagamentos ao Pessoal | | (8.095.618,24) | (9.021.462,12) |
| *Fluxos gerados pelas operações* | | **(12.632.473,50)** | **(13.822.943,56)** |
| Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento | | 28.228,66 | 46.724,60 |
| Outros Recebimentos / Pagamentos da atividade operacional | | 6.579.771,98 | 8.756.067,52 |
| | | **6.608.000,64** | **8.802.792,12** |
| *Fluxos das Atividades Operacionais (1)* | | **(6.024.472,86)** | **(5.020.151,44)** |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | | (3.812.038,81) | (9.039.908,92) |
| Ativos Intangíveis | | (14.795,11) | (56.187,60) |
| | | **(3.826.833,92)** | **(9.096.096,52)** |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | | 3.555,00 | 9.377,28 |
| Subsídios ao Investimento | | 617.812,28 | 1.600.000,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 50,00 | - |
| | | **621.417,28** | **1.609.377,28** |
| *Fluxos das Atividades de Investimento (2)* | | **(3.205.416,64)** | **(7.486.719,24)** |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos Obtidos | | 57.499.522,82 | 30.974.610,31 |
| Outras operações de financiamento | | 7,18 | 1.540.007,18 |
| | | **57.499.530,00** | **32.514.617,49** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos Obtidos | | (29.964.173,20) | (14.113.700,00) |
| Juros e gastos Similares | | (6.502.395,48) | (4.493.128,30) |
| Outras operações de financiamento | | - | (1.543.681,31) |
| | | **(36.466.568,68)** | **(20.150.509,61)** |
| *Fluxos das Atividades de Financiamento (3)* | | **21.032.961,32** | **12.364.107,88** |
| **Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)** | | **11.803.071,82** | **(142.762,80)** |
| **Caixa e seus equivalentes no início do exercício** | 19 | 358.407,25 | 501.170,05 |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do exercício** | 19 | 12.161.479,08 | 358.407,25 |

As notas das páginas 7 a 75 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

## 1 Informação geral

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa") (Ver Nota 8).

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as seis carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, 2 áreas de negócio principais: i) prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros; e ii) carreiras turísticas de cruzeiro. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de Junho de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na Nota 3.1..

### 1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo ocorreu em dezembro de 2001, com a aquisição pela Transtejo da totalidade do capital da Soflusa constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais e bem assim o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente atividades marítimo - turísticas, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

## 2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

### 2.1. Contrato de serviço público

Apesar da relevância social que os serviços de transporte público prestados pelo Grupo revestem, os mesmos não se encontram contratualizados. De acordo com o regulamento (CEE) nº 1893/91 que justifica a aplicação da noção de contrato de serviço público a este tipo de serviços entende-se que:

(i) O contrato de serviço público é um contrato celebrado entre as autoridades competentes de um Estado-Membro e uma empresa de transportes coletivos com o objetivo de prestar ao público serviços de transporte eficientes.

O contrato de serviço público deve englobar, designadamente, os seguintes pontos:

(i) Características dos serviços oferecidos, nomeadamente, as normas de continuidade, regularidade, capacidade e qualidade;
(ii) Serviços de transporte a preços e condições determinados, nomeadamente, para determinadas categorias de passageiros e/ou itinerários;
(iii) Duração do contrato;
(iv) Ativos implicados no fornecimento de serviços de transporte;
(v) Sanções previstas em caso de incumprimento.

O Grupo, tal como referido na Nota 31, recebe indemnizações compensatórias por parte do Estado, não se encontrando definidas ou contratualizadas as regras de determinação do montante de indemnizações compensatórias a receber.

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel do Grupo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, o Grupo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Assim sendo, e independentemente da inexistência de contrato que estabeleça os termos de tal serviço, o Grupo considera que cumpre, ou encontra-se em condições para cumprir as obrigações decorrentes da legislação supra, e que, por esse mesmo motivo, as indemnizações compensatórias que recebe com periodicidade anual estão plenamente justificadas, sendo indispensáveis à estabilidade financeira do Grupo, face a desequilíbrios provocados pela prestação deste serviço.

Os apoios financeiros do Estado Português concedem uma cobertura financeira vital à política de investimentos em ativos fixos tangíveis do Grupo (sob a forma de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e fundos estatais PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento), sendo a parte remanescente

assegurada pelo endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

## 3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 5.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2011:

| | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|---|
| IAS 24 Related Party Disclosures (Revised) | 01-jan-11 |
| Amendments to IFRS 1 Limited Exemption from comparative IFRS 7 Disclosures for First Time Adopters | 01-jul-10 |
| Amendment to IAS 32 - Financial Instruments: Presentation - Classification of Rights Issues | 01-fev-10 |
| IFRIC 19 - Extinguishing of Financial Liabilities with Equity Instruments | 01-jul-10 |
| Amendment to IFRIC 14 - Prepayments of Minimum Funding Requirements | 01-jan-11 |
| Ammendments to IFRS 7 - Financial instruments: Disclosures - Transfer of Financial Assets | 01-jul-11 |

Todas as normas acima foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2011, quando aplicáveis ao Grupo, não tendo a adoção das mesmas resultado em impactos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As seguintes normas contabilísticas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

| | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|---|
| Improvements to IFRS (2010) | Várias (a mais cedo será 01-jul-10) |

Estas normas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

| | Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|---|
| IFRS 9 - Financial Instruments | 01-jan-13 |
| Amendments to IAS 12 - Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets | 01-jan-12 |
| Amendments to IFRS 1 - Severe Hyperinflaction and Removal of Fixed Dates for Fisrt-time Adopters | 01-jul-11 |
| Amendments to IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures | 01-jul-11 |
| IFRS 10 - Consolidated Financial Statements | 01-jan-13 |
| IFRS 11 - Joint Arrangements | 01-jan-13 |
| IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities | 01-jan-13 |
| IFRS 10 - Fair Value Measurement | 01-jan-13 |
| IAS 27 (Revised 2011)- Separate Financial Statements | 01-jan-13 |
| IAS 28 (Revised 2011)- Investments in Associates and Joint Ventures | 01-jan-13 |
| Amendments to IAS 1 - Presentation of Comprehensive Income | 01-jan-13 |
| Amendments to IAS 19 - Post Employment Benefits | 01-jan-13 |
| IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine | 01-jan-13 |
| IFRS 1 - Government Loans | 01-jan-13 |

Relativamente a estas normas e interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### 3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 4.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

### 4.2. Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transações e os saldos entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação, bem como os dividendos distribuídos.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

### 4.3. Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

### 4.4. Conversão cambial

#### i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

#### ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Outros gastos e perdas" ou "Outros rendimentos e ganhos".

#### iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

| Moeda | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| USD | 1,2959 | 1,3362 |
| GBP | 0,8349 | 0,8608 |

**Fonte:** cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2011.

### 4.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no custo do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa e, caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incorridos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

| | Anos |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | Entre 3 a 50 anos |
| Equipamento básico | Entre 3 a 22 anos |
| Embarcações | Entre 16 a 22 anos |
| Equipamento de transporte | 4 anos |
| Ferramentas e utensílios | Entre 4 a 8 anos |
| Equipamento administrativo | Entre 3 a 12 anos |
| Outros ativos tangíveis | Entre 3 a 12 anos |

As embarcações do Grupo encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendida pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.7).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas'.

### 4.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira consolidada do Grupo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

### 4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 4.8. Ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os ativos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como ativos detidos para venda quando o seu valor contabilístico se destina a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e a venda é considerada altamente provável.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, na data da classificação como detido para venda. Os activos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

### 4.9. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
ii) Contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor,

reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Contas a receber são classificadas na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 17), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

**4.10. Justo valor de ativos e passivos**

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Transtejo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

### 4.11. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

O Grupo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de se qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o

instrumento deixa de se qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração consolidada do rendimento integral.

### 4.12. Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

### 4.13. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração consolidada do rendimento integral, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

### 4.14. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa, dado que apresentam caraterísticas de financiamento, pelo que são refletidos como atividade de financiamento.

### 4.15. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 4.16. Passivos financeiros

A IAS 39 – 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
ii) Outros passivos financeiros.

Os "Outros passivos financeiros" incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 23) e "Fornecedores" (Nota 27) e "Outras contas a pagar" (Nota 28). Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### 4.17. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 4.18. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos:
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos;

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

### 4.19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando

estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira consolidada, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira consolidada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efetiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada período e não se perspetiva que tal situação venha a ser alterada no futuro.

**4.20. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

### 4.21. Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Outros passivos", sendo subsequentemente creditados na demonstração consolidada do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incorridos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

### 4.22. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 23). Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final

do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

**4.23. Fornecedores e outras contas a pagar**

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e os montantes são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

A rubrica de "Outras contas a pagar" não corrente é valorizada ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

**4.24. Especialização de custos e proveitos**

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

**4.25. Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;
ii) Venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa), ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são emitidos;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa) é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pelo Grupo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração consolidada do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

### 4.26. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

### 4.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira consolidada que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transações do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 4.28. Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

## 5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

### 5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que o Grupo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

**5.1.1. Risco de mercado**

**a) Risco de taxa de câmbio**

A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

**b) Risco de taxa de juro**

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe o Grupo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, o Grupo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank. Estas operações permitem ao Grupo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

O Grupo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. O Grupo possui a 31 de dezembro de 2011 descobertos bancários, contas correntes caucionadas, empréstimos obrigacionistas emitidos e instrumentos financeiros derivados (*swaps* e *collar* de taxa de juro) no valor de 148.190.692,69 Euros (120.804.585,35 Euros em 31 de dezembro de 2010), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor de 1 a 3 meses, acrescida de *spreads* que podem atingir um teto de 800 pontos base (8,00%).

**Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro**

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010.

**31 de dezembro de 2010:**

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2010, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.081.176,09 Euros.

**31 de dezembro de 2011:**

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2011, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.301.134,45 Euros.

### 5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

### 5.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O Grupo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre o Grupo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

| 31 de dezembro de 2011 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | |
| Empréstimo Obrigacionista | - | - | 55.000.000,00 |
| **Outros passivos não correntes** | - | 12.002.601,63 | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | | | |
| Descobertos Bancários | 24.412.432,39 | - | - |
| Contas Correntes Caucionadas | 64.216.394,00 | - | - |
| **Fornecedores** | 5.070.981,29 | - | - |
| **Outras contas a pagar** | 5.761.433,63 | - | - |
| **Outros passivos correntes** | 2.264.785,55 | - | - |

| 31 de dezembro de 2010 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos |
|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | |
| Empréstimo Obrigacionista | - | - | 55.000.000,00 |
| **Outros passivos não correntes** | - | 12.502.601,63 | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | | | |
| Descobertos Bancários | 29.506.669,80 | - | - |
| Contas Correntes Caucionadas | 32.291.394,00 | - | - |
| **Fornecedores** | 4.532.573,59 | - | - |
| **Outras contas a pagar** | 2.580.566,94 | - | - |
| **Outros passivos correntes** | 1.644.907,02 | - | - |

### 5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital ótima, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

## 6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

**Estimativas contabilísticas relevantes:**

### 6.1 Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 22).

### 6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração consolidada do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

### 6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras consolidadas, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

### 6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

### 6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros do Grupo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das

naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2011.

## 7 Segmentos operacionais

O Grupo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente o Grupo não preparou informação financeira específica para reporte.

## 8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

| Denominação social | Sede | Percentagem efectiva do capital | |
|---|---|---|---|
| | | 2011 | 2010 |
| Transtejo - Transportes Tejo, S.A. | Lisboa | Empresa-mãe | |
| Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | Lisboa | 100,00 | 100,00 |

Estas entidades foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (possa exercer, ou exerça efectivamente, influência dominante ou controlo).

## 9 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

| | 2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outras ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| **ACTIVO BRUTO** | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 44.996,79 | 27.478.453,16 | 119.633.590,23 | 331.755,32 | 209.046,91 | 1.148.960,83 | 1.266.140,86 | 11.451.418,96 | 161.564.363,06 |
| Adições | - | - | 367.091,26 | - | 325,00 | 11.502,25 | 7.095,79 | 3.983.309,18 | 4.369.323,48 |
| Alienações | - | (503.619,55) | (323.041,34) | - | - | (1.633,57) | (63.346,39) | - | (891.640,85) |
| Transferências (Nota 14) | - | - | 14.546.292,90 | - | - | - | - | (14.955.926,00) | (409.633,10) |
| Abates | - | - | (2.458,92) | - | - | (872,84) | (4.659,48) | - | (7.991,24) |
| Reclassificações | - | - | 205.170,87 | - | - | (239,67) | (273.298,22) | - | (68.367,02) |
| Saldo final | 44.996,79 | 26.974.833,61 | 134.426.645,00 | 331.755,32 | 209.371,91 | 1.157.717,00 | 931.932,56 | 478.802,14 | 164.556.054,33 |
| **DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS** | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 5.712.334,48 | 77.233.542,04 | 309.537,83 | 196.230,27 | 1.077.397,96 | 1.081.007,37 | - | 85.610.049,95 |
| Depreciação do exercício (Nota 37) | - | 654.645,88 | 6.760.130,80 | 14.245,05 | 7.179,92 | 34.208,51 | 61.572,09 | - | 7.531.982,25 |
| Depreciação - Alienações | - | (236.125,28) | (325.500,26) | - | - | (1.633,57) | (63.346,39) | - | (626.605,50) |
| Depreciação - Transf. E Abates | - | (263,45) | 104,92 | - | - | (869,72) | (4.659,48) | - | (5.687,73) |
| Reclassificações | - | 104,69 | 206.503,66 | - | - | - | (274.975,37) | - | (68.367,02) |
| Saldo final | - | 6.130.696,32 | 83.874.781,16 | 323.782,88 | 203.410,19 | 1.109.103,18 | 799.598,22 | - | 92.441.371,95 |
| | 44.996,79 | 20.844.137,29 | 50.551.863,84 | 7.972,44 | 5.961,72 | 48.613,82 | 132.334,34 | 478.802,14 | 72.114.682,38 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

| | 2010 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outras ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
| **ACTIVO BRUTO** | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 44.996,79 | 27.191.898,80 | 116.614.562,49 | 470.388,81 | 206.979,69 | 1.307.399,94 | 1.266.140,86 | 8.509.206,82 | 155.611.574,20 |
| Adições | - | - | 1.574.454,84 | 15.944,88 | 2.067,22 | 25.295,69 | - | 3.183.316,50 | 4.801.079,13 |
| Alienações e abates | - | - | - | (154.578,37) | - | - | - | - | (154.578,37) |
| Transferências | - | 286.554,36 | 986.012,00 | - | - | - | - | (286.554,36) | 986.012,00 |
| Reclassificações | | | 458.560,90 | | | (183.734,80) | | 45.450,00 | 320.276,10 |
| Saldo final | 44.996,79 | 27.478.453,16 | 119.633.590,23 | 331.755,32 | 209.046,91 | 1.148.960,83 | 1.266.140,86 | 11.451.418,96 | 161.564.363,06 |
| **DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS** | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 5.038.159,57 | 71.057.797,53 | 449.871,13 | 187.508,88 | 1.154.905,49 | 1.017.259,94 | - | 78.905.502,54 |
| Depreciação do exercício (Nota 37) | - | 674.174,91 | 6.075.688,14 | 14.245,07 | 8.721,39 | 36.124,18 | 63.747,43 | - | 6.872.701,12 |
| Alienações e abates | - | - | - | (154.578,37) | - | - | - | - | (154.578,37) |
| Reclassificações | - | - | 100.056,37 | - | - | (113.631,71) | - | - | (13.575,34) |
| Saldo final | - | 5.712.334,48 | 77.233.542,04 | 309.537,83 | 196.230,27 | 1.077.397,96 | 1.081.007,37 | - | 85.610.049,95 |
| | 44.996,79 | 21.766.118,68 | 42.400.048,19 | 22.217,49 | 12.816,64 | 71.562,87 | 185.133,49 | 11.451.418,96 | 75.954.313,11 |

A rubrica de Equipamento básico a 31 de dezembro de 2011 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 47.623.795,35 Euros (38.513.895,79 Euros a 31 de dezembro de 2010).

Decorrente do Protocolo celebrado em 01 de Setembro de 2009, entre a Empresa e o Metropolitano de Lisboa, EPE (Metro), através do qual foram transferidas para a Empresa as responsabilidades técnicas e financeiras decorrentes da execução do Terminal Fluvial do Cais do Sodré pelo Metro, ao abrigo do Despacho nº 75-XII/92 do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, que incumbiu esta empresa de proceder ao estudo, conceção e construção do interface do Cais do Sodré.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Metro, a despesa de investimento relacionada com o Terminal foi de 10.867.342,92 Euros e a da obra marítima (pontões) foi de 3.322.191,80 Euros, tendo sido registado nas rubricas Edifícios e outras construções e Equipamento básico.

**Adições**

O aumento registado na rubrica de ativos em curso durante o exercício de 2011 no montante de 3.983.309,18 Euros respeita, essencialmente, à despesa final do projeto de construção de dois novos ferries (2.838.667,78 Euros). O investimento – contratado em 25 de novembro de 2008 à Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. - foi concluído em 2011 e o seu valor global foi de 14.282.686,74 Euros. Parte deste valor, no montante de 409.633,10 Euros foi transferido para a rubrica de "Inventários" por se referir a sobressalentes destinados às embarcações, cujo fornecimento se encontrava estipulado no contrato, tendo o valor remanescente no montante de 13.873.053,64 Euros sido transferido para equipamento básico.

Adicionalmente, foram realizados recondicionamentos nas embarcações conforme referido na Nota 4.2 no valor de 1.050.185,50 Euros, dos quais 457.389,14 Euros transitaram para o exercício de 2012 em curso, e o remanescente transferido para equipamento básico em 2011. Foi igualmente transferido, no decurso do exercício de 2011, para a rubrica de equipamento básico, o montante de 80.442,90 Euros referente a equipamento de bilhética sem contato.

No decurso do exercício de 2011, a Empresa procedeu à aquisição de um pontão, no montante de, aproximadamente, 300.000 Euros, tendo sido reconhecido como uma adição direta de equipamento básico.

O aumento registado em "Ativos fixos tangíveis" durante o exercício de 2010, refere-se, essencialmente, ao aumento da rubrica de Ativos em curso respeitante a:

- Continuação da construção de dois novos ferryboats, no montante de 2.896.732 Euros.
- Reforço do sistema e dos equipamentos de bilhética, no montante de 48.070 Euros.

As transferências reconhecidas nos Ativos fixos tangíveis durante o período de 2010, englobam 986.012€, respeitantes à capitalização dos motores e caixas redutoras que se encontravam na conta de inventários.

**Alienações**

As alienações na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2011, ascendem a 891.640,85 Euros, e respeitam à alienação do antigo terminal do Montijo (564.394,96 Euros) e de bens do terminal de Cacilhas II (327.245,89 Euros).

As alienações de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidos durante o exercício de 2010, ascendem a 154.578,37 Euros, sendo que os valores mais significativos respeitam à alienação de 4 viaturas.

**Ativos em curso**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

| Descrição | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Projeto construção novos *ferryboats* | - | 11.451.418,96 |
| Projeto construção novos cacilheiros | 21.413,00 | - |
| Recondicionamentos a motores de embarcações: | | |
| Jorge de Sena | 260.104,18 | - |
| Antero de Quental | 149.532,96 | - |
| Pedro Nunes | 47.752,00 | - |
| | 478.802,14 | 11.451.418,96 |

Os valores relativos a recondicionamentos a motores de embarcações correspondem a 70% do custo de revisão dos motores do Jorge de Sena e a 40% da revisão dos motores do Antero de Quental e do Pedro Nunes, intervenções que se encontravam em curso a 31 de dezembro de 2011.

**Projeto construção novos *ferryboats:***

A aquisição de duas novas embarcações de classe *ferry*, destinadas a substituir dois dos navios mais antigos da frota Transtejo, o "Alentejense" e o "Eborense", ficou concluída em 2011, tendo sido recebidos os ferryboats "Lisbonense" e "Almadense" construídos nos estaleiros navais da Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., em Aveiro, conforme contrato assinado em 25 de novembro de 2008.

A despesa de investimento neste projeto desenvolveu-se do seguinte modo:

- Até 31 de dezembro de 2010: 11.444.018,96 Euros
- Durante o exercício de 2011: 2.838.667,78 Euros

Durante o exercício de 2011 o Grupo não capitalizou quaisquer encargos financeiros com empréstimos, por não existirem ativos qualificáveis em curso iniciados após 1 de janeiro de 2009.

**Ativos adquiridos em regime de locação financeira:**

No período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Valor bruto | 41.035,38 | 41.035,38 |
| Depreciações acumuladas | (41.035,38) | (28.387,39) |
| | - | 12.647,99 |

## 10 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

| | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Softw are | Activos intangíveis em curso | Total | Softw are | Activos intangíveis em curso | Total |
| **ACTIVO BRUTO** | | | | | | |
| Saldo inicial | 423.865,80 | 407.811,00 | 831.676,80 | 697.172,90 | 359.741,00 | 1.056.913,90 |
| Adições | 9.780,00 | - | 9.780,00 | - | 48.070,00 | 48.070,00 |
| Transferências e abates | 187.612,60 | (407.811,00) | (220.198,40) | - | - | - |
| Reclassificações | - | - | - | (273.307,10) | - | (273.307,10) |
| Saldo final | 621.258,40 | - | 621.258,40 | 423.865,80 | 407.811,00 | 831.676,80 |
| **AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS** | | | | | | |
| Saldo inicial | 330.419,79 | - | 330.419,79 | 232.347,00 | - | 232.347,00 |
| Depreciações (Nota 37) | 207.065,44 | - | 207.065,44 | 84.497,45 | - | 84.497,45 |
| Transferências e abates | (220.198,40) | - | (220.198,40) | - | - | - |
| Reclassificações | - | - | - | 13.575,34 | - | 13.575,34 |
| Saldo final | 317.286,83 | - | 317.286,83 | 330.419,79 | - | 330.419,79 |
| | 303.971,57 | - | 303.971,57 | 93.446,01 | 407.811,00 | 501.257,01 |

Em 2011 foi concluída a implementação da nova plataforma tecnológica de sistemas de informação (novo ERP Transtejo), conforme contrato celebrado em 31 de dezembro de 2008 com a Unit4Agresso Portugal – Unipessoal, Lda., tendo o investimento ascendido a 407.811 Euros, valor que se encontrava em "Ativos intangíveis em curso". Adicionalmente, o Grupo procedeu ao abate de ativos intangíveis no montante de 220.198,40 Euros, os quais encontravam-se totalmente amortizados.

## 11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| **1 de janeiro** | **9.975,96** | **19.951,92** |
| Aquisições de empreendimentos conjuntos | 37.142,90 | - |
| Outros ganhos/perdas | - | (9.975,96) |
| **31 de dezembro** | **47.118,86** | **9.975,96** |

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, as suas respetivas sedes sociais, a proporção do capital detido e o valor de balanço em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são os seguintes:

| | | Percentagem efectiva de capital | | Valor de balanço | Valor de balanço |
|---|---|---|---|---|---|
| Denominação social | Sede | 2011 | 2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Interesses em empreendimentos conjuntos | | | | | |
| Otlis, ACE. | Lisboa | 14,29% | 14,29% | 47.118,86 | 9.975,96 |
| | | | | 47.118,86 | 9.975,96 |

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

## 12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

| 2011 | Créditos e valores a receber | Ativos disponíveis para venda | Passivos ao justo valor de cobertura | Outros passivos financeiros | Ativos/ passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 12.161.479,08 | - | - | - | - | 12.161.479,08 |
| Outros ativos financeiros | - | 531,96 | - | - | - | 531,96 |
| Clientes | 487.289,44 | - | - | - | - | 487.289,44 |
| Outras contas a receber | 2.394.964,08 | - | - | - | 765.279,55 | 3.160.243,63 |
| Outros ativos correntes | 267.092,89 | - | - | - | 334.286,67 | 601.379,56 |
| **Total ativos financeiros** | 15.310.825,49 | 531,96 | - | - | 1.099.566,22 | 16.410.923,67 |
| **Passivos** | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | - | - | - | (144.891.966,12) | - | (144.891.966,12) |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | (4.561.866,30) | - | - | (4.561.866,30) |
| Fornecedores | - | - | - | (3.938.593,78) | - | (3.938.593,78) |
| Outras contas a pagar | - | - | - | (18.896.422,77) | (506.993,68) | (19.403.416,45) |
| Outros passivos | - | - | - | (1.092.427,18) | (45.496.089,71) | (46.588.516,89) |
| **Total passivos financeiros** | - | - | **(4.561.866,30)** | **(168.819.409,85)** | **(46.003.083,39)** | **(219.384.359,54)** |

| 2010 | Créditos e valores a receber | Ativos disponíveis para venda | Passivos ao justo valor de cobertura | Outros passivos financeiros | Ativos/ passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 358.407,26 | - | - | - | - | 358.407,26 |
| Outros ativos financeiros | - | 531,96 | - | - | - | 531,96 |
| Clientes | 428.263,31 | - | - | - | - | 428.263,31 |
| Outras contas a receber | 3.596.935,96 | - | - | - | 587.635,73 | 4.184.571,69 |
| Outros activos correntes | 669.890,93 | - | - | - | 98.742,31 | 768.633,24 |
| **Total ativos financeiros** | 5.053.497,46 | 531,96 | - | - | 686.378,04 | 5.740.407,46 |
| **Passivos** | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | - | - | - | (117.356.616,50) | - | (117.356.616,50) |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | (4.006.521,55) | - | - | (4.006.521,55) |
| Fornecedores | - | - | - | (3.775.952,21) | - | (3.775.952,21) |
| Outras contas a pagar | - | - | - | (15.839.861,95) | (351.710,67) | (16.191.572,62) |
| Outros passivos | - | - | - | (1.239.157,70) | (48.978.858,64) | (50.218.016,34) |
| **Total passivos financeiros** | - | - | **(4.006.521,55)** | **(138.211.588,36)** | **(49.330.569,31)** | **(191.548.679,22)** |

## 13 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de "Outros ativos financeiros" detalha-se como segue:

| Denominação social | Sede | Percentagem efetiva de capital 2011 | Percentagem efetiva de capital 2010 | Valor de balanço 31.12.2011 | Valor de balanço 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|---|
| Outros activos financeiros | | | | | |
| Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A. | Lisboa | 0,00% | 0,00% | 35,91 | 35,91 |
| Obrigações do Tesouro | - | - | - | 496,05 | 496,05 |
| | | | | 531,96 | 531,96 |

Quer a participação na Comundo quer as Obrigações do Tesouro tratam-se de ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

## 14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | Nota | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Combustíveis | | 200.142,73 | 181.769,69 |
| Lubrificantes | | 101.232,40 | 40.438,82 |
| Materiais de consumo | | 27.439,35 | 21.337,91 |
| Bilhetes | | 96.784,03 | 171.303,16 |
| Sobressalentes | | 1.060.849,49 | 1.086.147,67 |
| Materiais para reparação | | 125.295,58 | 121.061,11 |
| Materiais em trânsito | 9 | 409.633,10 | - |
| Subtotal | 32 | 2.021.376,68 | 1.622.058,36 |
| Imparidade de inventários | | (465.056,16) | (465.056,16) |
| Total de inventários | | 1.556.320,52 | 1.157.002,20 |

O saldo da rubrica de "Inventários" compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos Inventários reconhecidos, em 2011, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 11.036.936,56 Euros (8.338.143,29 Euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 32).

**Imparidade de inventários**

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| **A 1 de janeiro** | **465.056,16** | **224.180,48** |
| Aumentos | - | 242.291,61 |
| Utilizações | - | - |
| Reduções | - | (1.415,93) |
| **A 31 de dezembro** | **465.056,16** | **465.056,16** |

A variação ocorrida na rubrica de "Imparidade de inventários" no exercício de 2010 resultou de ajustamentos efetuados nos inventários considerados "monos", no montante de 240.875,68 Euros, tendo sido registado na Demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica "Imparidade de inventários".

## 15 Clientes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Clientes, conta corrente | 487.289,44 | 428.263,31 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 183.082,09 | 183.082,09 |
| | 670.371,53 | 611.345,40 |
| Perdas por imparidade | (183.082,09) | (183.082,09) |
| | 487.289,44 | 428.263,31 |

Na rubrica "Clientes, conta corrente" encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

**Imparidade de clientes**

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respeita ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade, é como segue para os exercícios apresentados:

| Clientes, conta corrente | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| 0 a 180 dias | 267.361,36 | 285.766,17 |
| +180 dias | 219.928,08 | 142.497,14 |
| | 487.289,44 | 428.263,31 |

As contas a receber a mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2011 referem-se, essencialmente, à Companhia Carris de Ferro de Lisboa (131.416,92 Euros), à EMEF (49.679,10 Euros) e aos Transportes Coletivos do Barreiro (30.099,03 Euros).

## 16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Imposto a recuperar | 43.911,25 | 45.500,80 |
| Imposto a pagar | (11.938,40) | (10.161,21) |
| Total | 31.972,85 | 35.339,59 |
| Estimativa de imposto a pagar | (11.938,40) | (10.161,21) |
| Retenções na fonte de terceiros | 43.911,25 | 45.500,80 |
| | 31.972,85 | 35.339,59 |

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Imposto corrente | (11.938,40) | (10.161,21) |
| | (11.938,40) | (10.161,21) |

O Grupo é tributado em sede de IRC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25% (2010: 25%), acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% (2010: 1,5%) e derrama estadual à taxa de 2,5% (2010: 2,5%), esta última introduzida pela Lei nº12-A/2010, sendo esta aplicável à parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ter uma natureza temporária ou definitiva.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

| | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Resultado antes de impostos | | (20.774.309,43) | (12.499.098,34) |
| Diferenças permanentes / temporárias | | 708.115,50 | (331.206,62) |
| Resultado tributável / (Prejuízo fiscal) | | (20.066.193,93) | (12.830.304,96) |
| Prejuízos fiscais não reconhecidos | | (20.066.193,93) | (12.830.304,96) |
| Taxa de imposto | | 26,5% | 26,5% |
| Colecta | (I) | - | - |
| Imposto corrente: | | | |
| Tributações autónomas | | 11.938,40 | 10.161,21 |
| Excesso/(insuficiência) na estimativa do exercício anterior | | - | - |
| | (III) | 11.938,40 | 10.161,21 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | (I+II+III) | 11.938,40 | 10.161,21 |

O Grupo não reconhece os impostos diferidos ativos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar. Em 31 de dezembro de 2011, os prejuízos fiscais reportáveis do Grupo têm os seguintes anos de limite de utilização:

| | Prejuízo fiscal total | Ano limite de utilização |
|---|---|---|
| Gerados no exercício de 2006 | 17.284.277,18 | 2012 |
| Gerados no exercício de 2007 | 12.305.376,79 | 2013 |
| Gerados no exercício de 2008 | 15.796.940,38 | 2014 |
| Gerados no exercício de 2009 | 16.238.904,75 | 2015 |
| Gerados no exercício de 2010 | 12.830.304,96 | 2014 |
| Estimados para o exercício de 2011 | 20.066.193,93 | 2015 |
| | 94.521.997,99 | |

## 17 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

| | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|---|
| EOEP | i) | 765.279,55 | 587.635,73 |
| Outros devedores | ii) | 3.482.750,88 | 4.615.087,42 |
| Pessoal | iii) | 168.999,14 | 106.189,88 |
| | | 4.417.029,57 | 5.308.913,03 |
| Perdas por imparidade | | (1.256.785,94) | (1.124.341,34) |
| | | 3.160.243,63 | 4.184.571,69 |

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa procedeu ao reforço da perda de imparidade no montante de 132.444,60 Euros, tendo registado por contrapartida da rubrica da Demonstração consolidada do rendimento integral "Imparidades de dívidas a receber"

### i) Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e da sua subsidiária dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

| Estado e outros entes públicos | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| Saldos devedores: | | |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC | | |
| Pagamento Especial por Conta | 52.972,45 | 30.091,05 |
| Retenções na fonte | - | - |
| Retenção na fonte de rendimentos - IRS | 1.648,67 | - |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA | 710.658,43 | 557.544,68 |
| | 765.279,55 | 587.635,73 |
| Saldos credores (Nota 28): | | |
| Retenção na fonte de rendimentos - IRS | 88.006,83 | 103.130,26 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA | 187.469,37 | - |
| Contribuições para a Segurança Social | 231.236,68 | 248.512,67 |
| Outros | 280,80 | 67,74 |
| | 506.993,68 | 351.710,67 |

Em 31 de dezembro de 2010 a Empresa havia solicitado um reembolso de IVA de 472.055,61 Euros, o qual foi liquidado pelas autoridades fiscais no primeiro trimestre de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de IVA a receber no montante de 710.658,43 Euros, compreende o pedido de reembolso dos meses de agosto e setembro de 2011, e o pedido de reembolso do mês de dezembro de 2011, tendo apenas sido recebido até à data, em 2012, o montante de 358.597,01 Euros. Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

### ii) Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

| | | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor bruto | Imparidade | Total | Valor bruto | Imparidade | Total |
| Subsídio / Metro - FEDER | a) | 1.082.306,54 | - | 1.082.306,54 | 1.082.306,54 | - | 1.082.306,54 |
| Metropolitano de Lisboa, EPE | b) | 1.016.760,56 | (998.945,95) | 17.814,61 | 1.034.706,16 | (998.945,95) | 35.760,21 |
| Actual | c) | 216.275,83 | (211.972,79) | 4.303,04 | 216.275,83 | (125.395,39) | 90.880,44 |
| Honorários advogados | d) | 199.635,48 | - | 199.635,48 | 199.635,48 | - | 199.635,48 |
| Gisparques | e) | 138.429,77 | - | 138.429,77 | - | - | - |
| Caistejo | f) | 45.867,20 | (45.867,20) | - | - | - | - |
| Navalria | g) | - | - | - | 1.393.227,48 | - | 1.393.227,48 |
| Outros (< 100.000€) | | 783.475,50 | - | 783.475,50 | 688.935,93 | - | 688.935,93 |
| | | 3.482.750,88 | (1.256.785,94) | 2.225.964,94 | 4.615.087,42 | (1.124.341,34) | 3.490.746,08 |

a) Com a celebração do protocolo entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa em 2009 (transmissão da responsabilidade técnica pelo Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente) foi transmitido à Transtejo o reconhecimento ao direito a receber um subsídio comunitário no montante de 1.082.306,54 Euros que ainda se encontra em fase de aprovação por parte do FEDER. Não foi realizada a atualização dado não ser considerado materialmente relevante o seu efeito;

b) Este saldo refere-se a transações realizadas entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa. O valor mais significativo refere-se à re-faturação dos encargos com beneficiações de pontões, a título de comparticipação, após um incidente com as obras do Terreiro do Paço que remonta a dezembro de 2001. No exercício de 2010, a Empresa reforçou a perda de imparidade no montante de 211.503,78 Euros. Em 31 de dezembro de 2011, esta situação continua pendente de resolução;

c) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que o Grupo registou uma perda de imparidade para o saldo referente ao período entre outubro de 2005 e finais de 2007, pela fraca expetativa de realização, atendendo ao desfecho do processo judicial em curso relativo a este processo (Nota 22);

d) Este saldo respeita a adiantamentos realizados à Sociedade de Advogados que acompanha processos da subsidiária Soflusa;

e) Este valor refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais do Grupo, concessionados à Gisparques, tendo vindo a ser liquidados durante o ano de 2012.

f) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que o Grupo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro trimestre de 2012, o Grupo rescindiu o contrato com a concessionária;

g) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 refere-se ao débito efetuado pela penalidade contratual (previsto na cláusula 14ª, nº 1 do, do Contrato para a construção de dois navios para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos automóveis ou equivalentes), o qual foi anulado em 2011, na sequência da decisão de 30 de dezembro de 2011 do Tribunal Arbitral (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

| Outros devedores | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| 0 a 180 dias | 2.025.775,31 | 3.118.192,62 |
| +180 dias | 1.456.975,57 | 1.496.894,80 |
| | 3.482.750,88 | 4.615.087,42 |

**iii) Pessoal**

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

## 18 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo tem registado na rubrica de "Outros ativos correntes" os seguintes saldos:

| | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|---|
| Indemnizações a receber de seguradoras | i) | 304.340,13 | 231.767,23 |
| Direcção-Geral do Tesouro | ii) | 141.117,44 | 227.222,75 |
| Outros activos correntes | | 34.038,12 | 205.900,95 |
| **Acréscimos de rendimentos** | | 479.495,69 | 664.890,93 |
| Turismo - Artigos para venda | iii) | 21.054,17 | 21.048,91 |
| Outros | | 100.829,70 | 82.693,40 |
| **Gastos diferidos** | | 121.883,87 | 103.742,31 |
| | | 601.379,56 | 768.633,24 |

Em acréscimos de rendimentos e gastos diferidos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridos com a frota dos navios do Grupo (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império – Bonança);

ii) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo possuía um valor a receber do Estado referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18, sub23 e Social +;

iii) O saldo em questão refere-se essencialmente a bens para posterior venda no circuito de turismo.

Os outros gastos diferidos referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

## 19 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Caixa | 131.140,06 | 258.647,71 |
| Depósitos bancários | 12.030.339,02 | 99.759,55 |
| **Caixa e seus equivalentes** | 12.161.479,08 | 358.407,26 |

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração consolidada de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| **Numerário** | | |
| - Caixa | 131.140,06 | 258.647,71 |
| | 131.140,06 | 258.647,71 |
| **Depósitos bancários** | | |
| - Depósitos à ordem | 12.030.339,02 | 99.759,55 |
| Caixa e equivalentes de caixa (activo) | 12.030.339,02 | 99.759,55 |
| **Equivalentes de caixa (passivo)** | - | - |
| **Total de caixa e seus equivalentes** | 12.161.479,08 | 358.407,26 |

A variação registada em Depósitos bancários deve-se ao recebimento em 22 de dezembro de 2011 do valor das indemnizações compensatórias.

## 20 Capital

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 10.600.000 ações com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | Número de acções | Capital Social |
|---|---|---|
| | 10.600.000 | 53.000.000,00 |
| **Capital Social** | **10.600.000** | **53.000.000,00** |

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As seguintes pessoas coletivas detém mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

| Nome | % | Montante |
|---|---|---|
| Estado Português - Direcção Geral do Tesouro e Finanças | 100,00% | 53.000.000,00 |
| | | 53.000.000,00 |

## 21 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente:

| | Reserva de Cobertura | Resultados Transitados | Total |
|---|---|---|---|
| **1 de janeiro de 2010** | **(3.456.436,35)** | **(128.535.876,94)** | **(131.992.313,29)** |
| Adições | (550.085,20) | (17.022.058,10) | (17.572.143,30) |
| Regularização por resultados | - | - | - |
| Alienações | - | - | - |
| **31 de dezembro de 2010** | **(4.006.521,55)** | **(145.557.935,04)** | **(149.564.456,59)** |
| Adições | (555.344,75) | (12.509.259,55) | (13.064.604,30) |
| Regularização por resultados | - | - | - |
| Alienações | - | - | - |
| **31 de dezembro de 2011** | **(4.561.866,30)** | **(158.067.194,59)** | **(162.629.060,89)** |

### Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 24 – Instrumentos financeiros derivados.

### Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral da Transtejo, de 28 de outubro de 2010, os prejuízos do exercício de 2009, no montante de 17.022.058,10 Euros foram transferidos integralmente para resultados transitados.

Relativamente às contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ainda não se encontram aprovadas em Assembleia Geral, decorrente do facto de existirem reservas por parte do accionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré. O Conselho de Administração da Empresa transferiu os prejuízos do exercício de 2010 para resultados transitados, conforme a proposta expressa no relatório de gestão desse exercício por considerar que as referidas demonstrações financeiras consolidadas e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2011, os capitais próprios do Grupo encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

## 22 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 923.332,53 | 942.197,41 |
| Aumentos | 767.106,50 | 298.901,20 |
| Utilização | (28.000,00) | (29.500,00) |
| Reduções | (166.500,00) | (288.266,36) |
| Saldo final | 1.495.939,03 | 923.332,25 |

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral 600.606,50 Euros (10.634,84 Euros em 31 de dezembro de 2010) de dotações e reversões de provisões.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2011 e 2010 como segue:

| Descrição | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Processos judiciais em curso: | | | |
| Tribunal do Trabalho de Lisboa | | - | 118.000,00 |
| Tribunal Marítimo de Lisboa | | 76.000,00 | 76.000,00 |
| Actual - Activ. Hotel., Lda. | | 720.000,00 | 15.266,52 |
| Processos - Passageiros | | 192.500,00 | 187.000,00 |
| Processos - Trabalhadores | | - | 33.500,00 |
| Processos - Outros | a) | 356.873,30 | 343.000,00 |
| | | 1.345.373,30 | 772.766,52 |
| Outros riscos e encargos: | | | |
| FBM Marine Ltd | b) | 150.565,73 | 150.565,73 |
| | | 150.565,73 | 150.565,73 |
| | | 1.495.939,03 | 923.332,25 |

a) Esta rubrica no montante de 356.873,30 Euros engloba, essencialmente:
(i) O Grupo tem registada uma provisão de 200.000 Euros para fazer face aos honorários profissionais da Sociedade de Advogados, a pagar no âmbito do processo conjunto interposto pela FBM Babcok Marine, Ltd e pela Estaleiros Navais do Mondego, S.A., contra a subsidiária Soflusa, e contra os estaleiros navais holandeses Damen Shipyards, responsáveis pela construção dos catamarãs da atual frota da subsidiária Soflusa. O processo respeita à participação no concurso de construção dos catamarãs pela FBM e pela Estaleiros Navais do Mondego

(ii) Em 2011, foi intentada uma ação por parte da S & C – Gestão de Navios e Tripulações, Lda. referente a um pedido de indemnização devido por encargos incorridos com a elaboração de candidatura e proposta a um concurso lançado pela subsidiária Soflusa e posteriormente cancelado, no montante de 56.873,02 Euros.

b) Saldo relativo a um valor a receber da FBM Marine Ltd no montante de 218.063,45 Euros compensado por faturas emitidas por este fornecedor, no montante de 67.497,72 Euros relacionados com a construção da frota de catamarãs da Transtejo entre 1995 e 1999.

## 23 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

| | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Descobertos bancários | 24.412.432,39 | - | 24.412.432,39 | 29.506.669,80 | - | 29.506.669,80 |
| Contas caucionadas | 64.216.394,00 | - | 64.216.394,00 | 32.291.394,00 | - | 32.291.394,00 |
| Empréstimos obrigacionistas | - | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 | - | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 |
| | 88.628.826,39 | 55.000.000,00 | 143.628.826,39 | 61.798.063,80 | 55.000.000,00 | 116.798.063,80 |
| Juros a pagar - acréscimo de custo | 1.263.139,73 | - | 1.263.139,73 | 553.688,61 | - | 553.688,61 |
| Locações financeiras | - | - | - | 4.864,09 | - | 4.864,09 |
| | 1.263.139,73 | - | 1.263.139,73 | 558.552,70 | - | 558.552,70 |
| | 89.891.966,12 | 55.000.000,00 | 144.891.966,12 | 62.356.616,50 | 55.000.000,00 | 117.356.616,50 |

O Grupo tem contratualizadas diversas linhas de crédito sob a forma de contas correntes caucionadas e descobertos bancários junto da banca nacional, operações financeiras que são remuneradas a uma taxa indexante Euribor (entre 1 a 3 meses), acrescida de *spreads* variáveis (entre 2% e 8%).

Estes empréstimos não têm garantia real associada aos ativos do Grupo. O Grupo prestou garantias sob a forma de livranças em branco.

De acordo com os contratos assinados entre o Grupo e as instituições financeiras, o capital tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Adicionalmente a Transtejo possui um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000 Euros, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os saldos por utilizar e crédito utilizado para cada conta de financiamento são como segue:

| | Entidade financiadora | Taxa de juro | Spread | 31.12.2011 Limite | 31.12.2011 Montante utilizado | 31.12.2011 Vencimento | 31.12.2010 Limite | 31.12.2010 Montante utilizado | 31.12.2010 Vencimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empréstimos bancários: | | | | | | | | | |
| Empréstimo obrigacionista | DEPFA | Euribor a 6 Meses | 0,02% | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 | 01.02.2017 | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 | 01.02.2017 |
| | | | | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 | | 55.000.000,00 | 55.000.000,00 | |
| Descobertos bancários: | | | | | | | | | |
| | BPI | Euribor a 1 Mês | 4,25% | 7.000.000,00 | 6.653.126,29 | 6 meses renovável | 7.000.000,00 | 1.247.382,64 | 6 meses renovável |
| | BCP | | - | - | - | - | 11.000.000,00 | 10.967.466,00 | 3 meses renovável |
| | BCP | | - | - | - | - | 2.000.000,00 | 1.002.181,29 | 3 meses renovável |
| | BARCLAYS | Euribor a 3 Meses | 3,25% | 6.000.000,00 | 5.998.563,61 | Prazo indeterminável | 6.000.000,00 | 5.997.793,18 | Prazo indeterminável |
| | BES | Euribor a 3 Meses | 7,75% | 2.500.000,00 | 1.476.788,92 | 3 meses renovável | 2.250.000,00 | 1.884.374,52 | 3 meses renovável |
| | BPI | Euribor a 1 Mês | 4,25% | 3.000.000,00 | 2.768.982,40 | 6 meses renovável | 3.000.000,00 | 925.677,09 | 6 meses renovável |
| | BARCLAYS | Euribor a 3 Meses | 3,25% | 2.500.000,00 | 2.471.003,74 | Prazo indeterminável | 2.500.000,00 | 2.489.208,42 | Prazo indeterminável |
| | PARIBAS | Euribor a 1 Mês | 2,00% | 5.000.000,00 | 5.045.967,43 | 1 ano renovável | 5.000.000,00 | 4.992.586,66 | 1 ano renovável |
| | | | | 26.000.000,00 | 24.412.432,39 | | 40.000.000,00 | 29.506.669,80 | |
| Contas caucionadas: | | | | | | | | | |
| | BCP | Euribor a 3 Meses | 7,50% | 4.455.000,00 | 4.455.000,00 | 1 mês renovável | - | - | - |
| | SANTANDER | Euribor a 3 Meses | 5,50% | 1.496.394,00 | 1.496.394,00 | 6 meses renovável | 1.496.394,00 | 1.496.394,00 | 6 meses renovável |
| | BES | Euribor a 3 Meses | 7,75% | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 3 meses renovável | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 3 meses renovável |
| | BES | Euribor a 3 Meses | 8,00% | 15.000.000,00 | 15.000.000,00 | 3 meses renovável | 5.000.000,00 | 1.300.000,00 | 3 meses renovável |
| | CGD | Euribor a 3 Meses | 5,00% | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 | 6 meses renovável | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 | 6 meses renovável |
| | CGD | Euribor a 3 Meses | 6,54% | 7.045.000,00 | 7.045.000,00 | 1 mês renovável | | | |
| | CGD | Euribor a 3 Meses | 5,00% | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 6 meses renovável | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 6 meses renovável |
| | BPI | Euribor a 3 Meses | 7,50% | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 6 meses renovável | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 6 meses renovável |
| | BPI | Euribor a 3 Meses | 7,50% | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 12 meses | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 12 meses |
| | Finibanco | Euribor a 3 Meses | 4,25% | 1.340.000,00 | 1.310.000,00 | 6 meses renovável | 1.300.000,00 | 1.245.000,00 | 6 meses renovável |
| | SANTANDER | Euribor a 3 Meses | 5,50% | 1.250.000,00 | 1.250.000,00 | 3 meses renovável | 1.250.000,00 | 1.245.000,00 | 3 meses renovável |
| | BES | Euribor a 1 Mês | 7,75% | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 3 meses renovável | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 3 meses renovável |
| | Finibanco | Euribor a 3 Meses | 4,25% | 1.700.000,00 | 1.660.000,00 | 6 meses renovável | 1.700.000,00 | 5.000,00 | 6 meses renovável |
| | | | | 64.286.394,00 | 64.216.394,00 | | 37.746.394,00 | 32.291.394,00 | |
| | | | | 90.286.394,00 | 88.628.826,39 | | 77.746.394,00 | 61.798.063,80 | |
| | | | | 145.286.394,00 | 143.628.826,39 | | 132.746.394,00 | 116.798.063,80 | |

O valor apresentado na Demonstração da posição financeira consolidada no montante de 144.891.966,12 Euros inclui 1.263.139,73 Euros relativo a juros especializados (553.688,61 Euros em 31 de dezembro de 2010).

O Grupo tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o acionista (Direção Geral de Finanças e do Tesouro), a renovação das linhas de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido, até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

## 24 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Sw ap taxa de juro – não corrente | - | 4.561.866,30 | - | 4.006.521,55 |
| Sw ap taxa de juro – corrente | - | - | - | - |
| | - | 4.561.866,30 | - | 4.006.521,55 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

i) 2 contratos de cobertura de risco de taxa de juro com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de Euros.

Até 31 de dezembro de 2009, o Grupo tinha contratado 2 contratos "*swap*" de taxa de juro, ambos com o objectivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de Euros, tendo no decurso do exercício de 2010 contratado um "*collar*", o qual foi integrado na cobertura existente até então. É entendimento da Administração que todos os instrumentos financeiros derivados contratados desde 2009 são de cobertura, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor do "*swap*" e do "*collar*" contratados:

| Valor de referência | Período de pagamento | Taxas a Receber/ a pagar | Justo valor em 31.12.2011 | Justo valor em 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|
| 27.500.000 | Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros | Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768% | (4.146.225,35) | (3.311.910,90) |
| 27.500.000 | Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2013. Pagamento semestral de juros | Transtejo recebe juros a 4,25%. Se EUR_6M superior a 3,75% ou inferior a 2,75% a taxa a pagar será 3,75% e 2,75%, respectivamente. Caso a EUR_6M se encontrar entre 2,75% e 3,75% a taxa a pagar será EUR_6M | (415.640,95) | (694.610,65) |
| | | Saldo credor | (4.561.866,30) | (4.006.521,55) |

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor destes instrumentos foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2011.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura o Grupo efectuou os testes de eficácia (prospetivos e retrospetivos) para os *swaps* e *colar* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospectivos efectuados com referência a 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

## 25 Outras contas a pagar não correntes

O saldo registado como Outras contas a pagar não correntes, no valor de 12.002.601,63 Euros (em 31 de Dezembro de 2010: 12.502.601,63 Euros), refere-se ao montante não corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, para o qual foram estabelecidas amortizações anuais de 1.000.000 Euros tendo a Transtejo a faculdade de reduzir para 500.000 Euros quando as condições económicas o justifiquem. No passivo corrente encontram-se registados 1.000.000 Euros referentes ao somatório das amortizações de 2012 e de 2011, a liquidar em 2012 (Nota 28). Sobre o referido saldo em dívida, vencem-se juros que se encontram especializados na rubrica "Outros passivos correntes". No entanto, existem reservas por parte do accionista da Empresa quanto aos termos com que foi realizado o referido protocolo, pelo que no decurso do exercício de 2011 foram realizadas diversas diligências no sentido de corrigir os termos do protocolo, sendo que, até esta data, este trabalho encontra-se pendente de conclusão.

## 26 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Subsídios ao investimento | 40.265.013,30 | 43.784.261,57 |
| **Outros passivos não correntes** | 40.265.013,30 | 43.784.261,57 |

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram entregues pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no exercício de 2012 ascende a 3.775.596,11 Euros e encontra-se registado na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 29).

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2011 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | 47.198.393,24 | 49.012.524,88 |
| Adições do exercício | 617.812,28 | 1.600.000,00 |
| Rendimentos reconhecidos no exercício (Nota 37) | (3.775.596,11) | (3.414.131,64) |
| **Saldo final de subsídios a reconhecer** | 44.040.609,41 | 47.198.393,24 |

As adições do exercício correspondem a subsídios recebidos e a receber, de acordo com a seguinte composição:

| | **2011** | **2010** |
|---|---|---|
| PIDDAC: | | |
| Projecto "Novos Ferries" | 50.000,00 | 1.100.000,00 |
| Novo Terminal Cais do Sodré | 500.000,00 | 500.000,00 |
| Pontão Monte Estoril | 67.812,28 | - |
| | **617.812,28** | **1.600.000,00** |

O montante de 617.812,28 euros refere-se a subsídios ao investimento recebidos do PIDDAC (Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central), destinados à cobertura financeira parcial dos projetos de investimento referidos.

## 27 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Fornecedores" detalha-se como segue:

| Descrição entidade | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Petrogal | 1.972.602,35 | 885.736,47 |
| SCMA | 172.349,37 | 39.849,09 |
| Securitas | 155.807,64 | 144.106,61 |
| Venamar | 88.284,48 | 40.703,92 |
| Nova Serviços | 83.533,57 | 87.721,37 |
| Gisparques | 72.209,85 | 78.736,00 |
| FBM | 67.497,72 | 67.497,72 |
| Arsenal do Alfeite | 156.653,88 | 178.924,52 |
| OTLIS | 35.703,25 | 14.886,02 |
| Administração Porto Lisboa | 11.301,22 | 41.345,89 |
| Induma | - | 371.689,44 |
| Cecílio e Carlos Sanfins | - | 258.544,94 |
| Navyard | - | 118.910,52 |
| Seth | - | 99.700,00 |
| Navaltagus | - | 63.639,83 |
| Manutur | - | 61.878,86 |
| Outras entidades | 1.122.650,45 | 1.222.081,01 |
| **Total fornecedores** | 3.938.593,78 | 3.775.952,21 |

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota, serviços de limpeza e segurança privada das instalações e embarcações, conservação e reparação da frota em estaleiros, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

| Fornecedores, conta corrente | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|
| 0 a 180 dias | 3.151.016,41 | 3.696.662,78 |
| +180 dias | 787.577,37 | 79.289,43 |
| | 3.938.593,78 | 3.775.952,21 |

## 28 Outras contas a pagar corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" é como segue:

| | | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Estado e outros entes públicos | 17 | 506.993,68 | - | 506.993,68 | 351.710,67 | - | 351.710,67 |
| Fornecedores investimentos | | | | | | | |
| Fornecedores gerais | i) | 1.000.779,94 | 12.002.601,63 | 13.003.381,57 | 534.574,91 | 12.502.601,63 | 13.037.176,54 |
| Outros credores | | | | - | | | - |
| Credores diversos | ii) | 5.893.041,20 | - | 5.893.041,20 | 2.802.685,41 | - | 2.802.685,41 |
| | | 7.400.814,82 | 12.002.601,63 | 19.403.416,45 | 3.688.970,99 | 12.502.601,63 | 16.191.572,62 |

i) **Fornecedores de investimentos** – este saldo corresponde, essencialmente, ao valor corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, EPE, relacionado com a transferência referente do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra maritima, 1.000.000 Euros (500.000 Euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 25).

ii) **Outros credores** – dos saldos acima classificados como Outros credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com colaboradores, com a natureza de abonos variáveis de dezembro a pagar em janeiro, no valor de 232.596,55 Euros (265.512,37 Euros em dezembro de 2010). Inclui igualmente valores mensais de receitas de passes combinados a atribuir à Carris, no valor de 2.316.622,66 Euros (1.330.008,96 Euros em dezembro de 2010) e ao Metropolitano, no valor de 1.622.550,66 Euros (1.033.565,50 Euros em dezembro de 2010). Inclui ainda o montante de 1.393.000,00 Euros em dívida à Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, SA referente à anulação de penalidade contratual aplicada em 2010 na sequência de decisão de 30 de dezembro de 2011 do Tribunal Arbitral. Este montante foi regularizado em 31 de janeiro de 2012 (Notas 17 e 35).

Para os periodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 29 Outros passivos correntes

O detalhe de "Outros passivos correntes" à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

| | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Juros a pagar | i) | 1.001.645,82 | 1.086.354,31 |
| Remunerações a liquidar | ii) | 862.083,64 | 1.321.187,11 |
| Outros | | 211.094,95 | 235.356,05 |
| Acréscimos de gastos | | 2.074.824,41 | 2.642.897,47 |
| Subsídios ao investimento (Nota 26) | | 3.775.596,11 | 3.414.131,67 |
| Antecipação de receita | iii) | 362.111,12 | 187.155,27 |
| Outros | | 110.971,95 | 189.570,36 |
| Diferimentos passivos | | 4.248.679,18 | 3.790.857,30 |
| | | 6.323.503,59 | 6.433.754,77 |

i) **Juros a pagar** – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro (meses de agosto a dezembro de 2010), cujo pagamento ocorrerá em 1 de fevereiro de 2012. Em 2011 faziam ainda parte desta especialização juros a pagar ao Metropolitano de Lisboa, EPE (encargos financeiros decorrentes da transferência do Terminal do Cais do Sodré, do período de 1 de março de 2009 a 31 de dezembro de 2011);

ii) **Remunerações a pagar** – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros.

iii) **Antecipação de receita** - receita de passes intermodais a repartir pelos operadores, relativa a vendas efetuadas em dezembro de 2011, de passes válidos para o mês de janeiro de 2012.

## 30 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

| Descrição | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Tráfefo de passageiros: | | | |
| Bilhetes | i) | 3.927.011,78 | 3.915.248,48 |
| Multimodais | ii) | 4.501.491,04 | 4.469.000,29 |
| Passes próprios | iii) | 903.214,47 | 780.409,99 |
| Combinados | iv) | 3.641.021,06 | 3.228.168,32 |
| Zapping | v) | 1.196.099,78 | 978.434,95 |
| Tráfego de veículos | vi) | 82.546,52 | 82.964,17 |
| Aluguer de embarcações | vii) | 143.107,68 | 191.022,70 |
| Serviço de turismo | viii) | 337.890,69 | 344.345,26 |
| Outros | | 11.449,59 | (19.579,30) |
| **Total prestações de serviços** | | 14.743.832,61 | 13.970.014,86 |

O montante das prestações de serviços em 2011 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática);

ii) **Multimodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público;

iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo / Soflusa;

iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre diversos operadores de transportes;

v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais recorrer à Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens;

vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* entre Cais do Sodré e Cacilhas;

vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros;

viii) **Serviço de turismo**: rendimentos das carreiras turísticas da Transtejo que operam entre 1 de abril e 31 de outubro.

## 31 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Indemnizações compensatórias | 10.626.277,47 | 11.116.835,85 |
| Passes 4_18@escola.tp, Passes Sub23@superior.tp, Passes "Social +" | 526.013,29 | 448.745,66 |
| PAII | 58.837,55 | - |
| | 11.211.128,31 | 11.565.581,51 |

Nesta rubrica estão incluídas as indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português, fixadas através das Resoluções de Conselho de Ministros números. 53/2011, de 16 de dezembro de 2011, e 96/2010, de 14 de dezembro de 2010, estando registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA.

## 32 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Combustíveis | 9.515.716,29 | 6.754.700,82 |
| Consumo de lubrificantes | 418.404,74 | 396.122,20 |
| Materiais de consumo | 34.472,57 | 37.788,62 |
| Economato | 103.881,87 | 158.934,21 |
| Consumo de sobressalentes | 765.912,64 | 861.387,11 |
| Consumo mat. reparações | 198.548,45 | 129.210,33 |
| Custo das matérias consumidas | 11.036.936,56 | 8.338.143,29 |

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pelo Grupo entre as margens norte e sul do rio Tejo. Dada a conjuntura internacional de instabilidade ao nível da consolidação de políticas energéticas, a variação de gastos registada deve-se ao aumento do valor dos combustíveis (preço médio por litro em 2011: 0,71€/L e em 2010: 0,55€/L).

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2011 e 2010 foi determinado como segue:

| | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| | | Materiais de consumo | Materiais de consumo |
| Existências iniciais (Nota 14) | + | 1.622.058,36 | 2.450.258,79 |
| Compras | + | 11.428.573,38 | 7.518.833,33 |
| Regularização de existências | - | (7.681,50) | 8.890,47 |
| Existências finais (Nota 14) | - | 2.021.376,68 | 1.622.058,36 |
| | | 11.036.936,56 | 8.338.143,29 |

## 33 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

| | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Conservação e reparação | i) | 4.618.415,69 | 4.271.201,34 |
| Seguros | ii) | 1.477.259,44 | 1.499.990,93 |
| Trabalhos Especializados | iii) | 1.154.094,61 | 1.446.881,23 |
| Vigilância e Segurança | iv) | 914.126,15 | 899.637,64 |
| Limpeza, higiene e conforto | v) | 486.569,36 | 542.020,45 |
| Rendas e alugueres | vi) | 438.611,05 | 423.055,44 |
| Electricidade | | 204.031,17 | 178.599,10 |
| Comunicação | | 135.117,47 | 131.232,88 |
| Honorários | | 118.898,12 | 86.897,60 |
| Bilhetes e outros impressos | | 98.996,45 | 110.926,06 |
| Publicidade e propaganda | | 36.192,09 | 55.010,41 |
| Combustíveis | vii) | 28.566,90 | 765.168,19 |
| Subcontratos | | 11.779,49 | 96.775,09 |
| Outros | | 195.256,97 | 250.960,64 |
| | | 9.917.914,96 | 10.758.357,00 |

**i) Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes. No exercício de 2011 ocorreram intervenções nos catamarãs da Soflusa (Jorge de Sena, Almeida Garrett e Antero de Quental) e nos navios da Transtejo (Eborense, Algés e S. Julião);

**ii) Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 37 embarcações que compõem a frota do Grupo;

**iii) Trabalhos especializados:** serviços de natureza diversa, dos quais se destacam os trabalhos de auditoria, certificações de classe de embarcações e a utilização de mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos.

**iv) Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações;

**v) Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

**vi) Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul, com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

**vii) Combustíveis:** O valor desta rubrica refere-se exclusivamente a gasto com combustível da frota automóvel. Até 31 de dezembro de 2010 inclusive esta rubrica incluía parte do valor do combustível consumido pelas embarcações do Grupo, tendo passado a ser registado na sua totalidade na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas".

## 34 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2011 e 2010, desdobram-se do seguinte modo:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Remunerações ao pessoal: | | |
| Órgãos sociais | 157.811,68 | 242.079,06 |
| Pessoal | 8.713.323,87 | 9.638.479,22 |
| Encargos sociais | 2.205.531,13 | 2.338.205,13 |
| Outros | 1.641.009,91 | 1.871.959,38 |
| | 12.717.676,59 | 14.090.722,79 |

O número médio de empregados do Grupo em 2011 foi de 519 (531 em 2010).

## 35 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" em 2011 e 2010 é o seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Penalidades Contratuais | - | 2.786.000,00 |
| Rendas e alugueres | 594.108,39 | 707.668,89 |
| Cartões para passes e outros | 385.254,10 | 320.717,90 |
| Cedência de energia e água | 37.179,34 | 42.246,32 |
| Outros | 94.444,00 | 189.649,76 |
| | 1.110.985,83 | 4.046.282,87 |

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas) e à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte.

A rubrica "Cartões para passes e outros" respeita às receitas de cartões "Lisboa Viva" e "7 Colinas".

No exercício de 2010 a rubrica "Penalidades contratuais" refere-se a penalizações debitadas à Navalria, armador responsável pela construção de duas novas embarcações, por atraso verificado na sua entrega. Após decisão de 30 de novembro de 2011 do Tribunal Arbitral sobre o processo que oponha a Empresa e a Navalria, foi deliberado que a parte do valor debitado em 2010 pelo Grupo, deveria ser anulado no montante de 1.393.000 Euros, pelo que o Grupo reconheceu esse montante como gasto do exercício de 2011, na rubrica "Outros gastos e perdas", por contrapartida de uma conta a pagar em 31 de dezembro de 2011 (Notas 28 e 36).

## 36 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de "Outros gastos e perdas" em 2011 e 2010 é o seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|---|---|---|
| Impostos | 50.304,47 | 35.911,88 |
| Perdas de imobilizado/Inventários | 79.138,64 | 36.839,08 |
| Quotizações | 42.233,38 | 43.515,21 |
| Outros gastos operacionais | 1.560.590,52 | 248.694,27 |
| | 1.732.267,01 | 364.960,44 |

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros gastos operacionais" compreende, essencialmente, a anulação do valor debitado à Navalria, no montante de 1.393.000 Euros (Nota 35).

## 37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2011 e 2010 é o seguinte:

| Descrição | Notas | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Ativos fixos tangíveis | 9 | 7.531.982,25 | 6.872.701,12 |
| Ativos intangíveis | 10 | 207.065,44 | 84.497,45 |
| Subsídios reconhecidos no exercício | 26 | (3.775.596,11) | (3.414.131,64) |
| | | 3.963.451,58 | 3.543.066,93 |

## 38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2011 e 2010 é como segue:

| | | 2011 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Juros e gastos similares suportados | | | |
| Juros suportados | i) | 7.134.172,81 | 4.277.539,46 |
| Outros gastos e perdas financeiras | | 655.254,05 | 422.349,84 |
| | | 7.789.426,86 | 4.699.889,30 |
| Resultados financeiros | | (7.738.958,38) | (4.609.290,23) |
| | | 50.468,48 | 90.599,07 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | |
| Juros obtidos | | 7,18 | 34.764,10 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | | 50.461,30 | 55.834,97 |
| | | 50.468,48 | 90.599,07 |

i) **Juros suportados** – inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista e (iii) a favor da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., contemplados no protocolo do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente;

## 39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2011 e 2010, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 20.786.247,83 Euros e 12.509.259,55 Euros, respetivamente.

## 40 Contingências

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo solicitou a emissão de garantias, como segue:

| Beneficiário | Validade | Banco | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|---|---|---|---|
| APL-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA | Ilimitada | BPI | 688,34 | 688,34 |
| PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL,S.A. | Ilimitada | BPI | 2.493,99 | 2.493,99 |
| EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A. | Ilimitada | BPI | 7.639,56 | 7.639,56 |
| EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A. | Ilimitada | BPI | 4.643,00 | 4.643,00 |
| EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A. | Ilimitada | BPI | 2.173,00 | 2.173,00 |
| SLE-ELECTRICIDADE DO SUL,S.A. | Ilimitada | BPI | 5.450,86 | 5.450,86 |
| GRENKE RENTING, S.A. | 1 ano renovável | BES | 35.424,00 | - |
| LTE-ELECTRICIDADE DE LISBOA E VALE DO TEJO,S.A. | Ilimitada | BPI | - | 2.694,01 |
| PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PORTUGAL,S.A. | Ilimitada | BPI | 3.500,00 | 3.500,00 |
| | | | 62.012,75 | 29.282,76 |

## 41 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

## 41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os membros do seu Conselho de Administração, cujas transações com a Transtejo nos exercícios de 2011 e 2010 foram como se segue:

| | 2011 | | |
|---|---|---|---|
| | Remuneração | Outras Remunerações (2) | Planos de pensões / saúde |
| Engº João António da Silva Pintassilgo | 69.880,00 (1) | 1.789,49 | 4.926,00 (3) |
| Dra. Maria Elisa Silva Saloio | 4.158,27 | 319,55 | - |
| Dr. Isidro Durão Heitor | 56.132,86 | 1.908,17 | - |
| | 130.171,13 | 4.017,21 | 4.926,00 |
| | | | 139.114,34 (4) |

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP

(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo

(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.

(4) A diferença de 13.387,05 euros para o valor indicado na Nota 26 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

| | 2010 | | |
|---|---|---|---|
| | Remuneração | Outras Remunerações (2) | Planos de pensões / saúde |
| Engº João António da Silva Pintassilgo | 76.536,73 (1) | 1.875,65 | 4.931,50 (3) |
| Dra. Maria Elisa Silva Saloio | 63.542,26 | 1.883,18 | - |
| Dr. Isidro Durão Heitor | 63.542,26 | 2.202,67 | - |
| | 203.621,25 | 5.961,50 | 4.931,50 |
| | | | 214.514,25 (4) |

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP

(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo

(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.

(4) A diferença de 9.368,96 euros para o valor indicado na Nota 28 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

## 41.2. Transações entre partes relacionadas

Entidades relacionadas por via do Acionista (Empresas do SEE):

| | 2011 | | | | 2010 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Transacções | | Saldo | | Transacções | | Saldo | |
| | Débito | Crédito | Devedor | Credor | Débito | Crédito | Devedor | Credor |
| APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. | 151.491,96 | 121.447,29 | - | 11.301,22 | - | 121.156,59 | - | 41.345,89 |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. | 995.331,81 | 1.878.696,19 | 291.043,95 | 2.320.866,99 | 193.918,54 | 1.621.347,40 | 189.238,44 | 1.335.697,10 |
| CP - Comboios de Portugal, EPE | 778.428,47 | 839.430,59 | 118.211,67 | 103.420,43 | 432.999,80 | 687.016,40 | 126.887,22 | 51.093,86 |
| Metropolitano de Lisboa, EPE | 188.995,12 | 820.965,73 | 1.016.918,28 | 14.757.694,88 | 76.754,61 | 372.666,81 | 1.034.706,16 | 14.143.532,15 |
| | 2.114.247,36 | 3.660.539,80 | 1.426.173,90 | 17.193.283,52 | 703.672,95 | 2.802.187,20 | 1.350.831,82 | 15.571.669,00 |

Entidades relacionadas por via de Empreendimentos conjuntos:

| | 2011 | | | | 2010 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Transacções | | Saldo | | Transacções | | Saldo | |
| | Débito | Crédito | Devedor | Credor | Débito | Crédito | Devedor | Credor |
| OTLIS, ACE | 278.834,29 | 244.972,88 | 66.450,63 | 35.703,25 | 244.398,73 | 259.284,75 | 23.900,51 | 14.886,02 |
| | 278.834,29 | 244.972,88 | 66.450,63 | 35.703,25 | 244.398,73 | 259.284,75 | 23.900,51 | 14.886,02 |

## 42 Informação por segmentos

O Grupo detém apenas um segmento operacional que consiste na exploração de transportes fluviais de passageiros entre as margens do rio Tejo em Lisboa. Em consequência deste facto, o Grupo não preparou informação específica para reporte.

## 43 Eventos subsequentes

Após a data da Demonstração da posição financeira consolidada não ocorreram acontecimentos que devam ser alvo de registo ou divulgação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas